

Relatório de **Desempenho**

2019

Pode Contar Banese

BANESE.COM.BR

SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T19 E DE 2019 4

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 6

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES 6
Ativos 6
Captações 7
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB) 7
Crédito 8
Aplicações Financeiras 9
Rentabilidade da Carteira 10

ANÁLISE DOS RESULTADOS 10
Receitas 10
Custos e Despesas 11
Receita Liquida de Juros (NII) 11
Lucro Líquido 13
Patrimônio Líquido 14
Índices de Rentabilidade e Lucratividade 14
Capitalização e Basileia 14
Ratings 15

INFORMAÇÕES ADICIONAIS 16
Banese na B3 16
Clientes e Canais de Atendimento 16
Serviços Financeiros – Banese 2.0 17
Investimentos em Capital Humano 17

CONGLOMERADO BANESE 17
Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. 18
Banese Corretora de Seguros 18
Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana 18

TABELAS E ANEXOS 19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS 32
1. CONTEXTO OPERACIONAL 33
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 33
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 35
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 40
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ 40
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 41
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS 44
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO 45
9. OUTROS CRÉDITOS 51
10. OUTROS VALORES E BENS 52
11. INVESTIMENTOS 52
12. IMOBILIZADO DE USO 53
13. INTANGÍVEL 54
14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS 55
15. OUTRAS OBRIGAÇÕES 58
16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS 59
17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS 60
18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES 61
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 61
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS 62
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL 64
22. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO 64
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 66
24. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA 68
25. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES 73
26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS 73
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO) 78
28. OUTRAS INFORMAÇÕES 80
29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 80

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 81

PARECER DO CONSELHO FISCAL 87

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO 89

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 91

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 93



BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T19 E DE 2019

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 29 de fevereiro de 2020. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE ("Banese" ou "Banco"), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T19 e o ano de 2019. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço https://ri.banese.com.br/.

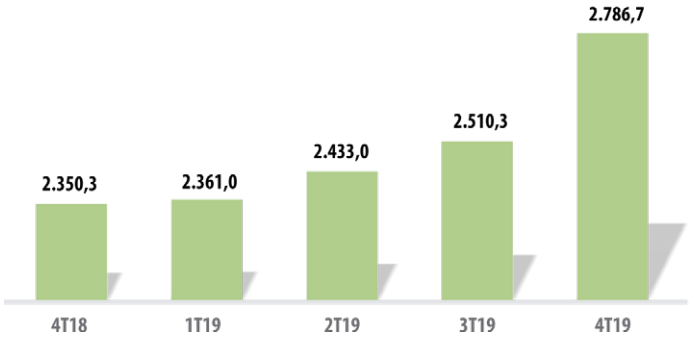
BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R$ 83,6 MI
ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES.

Destaques do 4T19

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T18 (12M)

- Operações de Crédito totalizaram R$ 2,8 bilhões (+18,6%);
- Ativos Totais registraram R$ 5,5 bilhões (+5,5%);
- Captações Totais atingiram R$ 4,8 bilhões (+3,8%);
- Lucro Líquido acumulado de R$ 83,6 milhões (+33,8%).

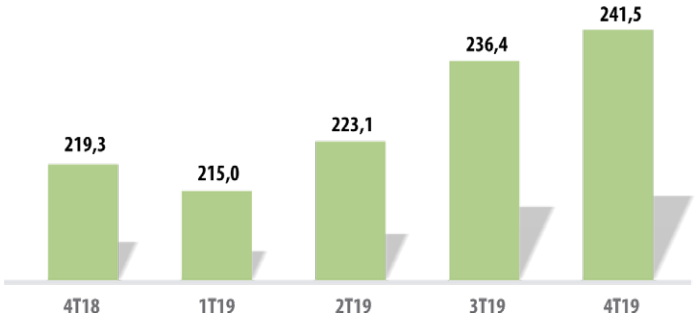
Operações de Crédito - R$ milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T19 (3M)

- Receitas Totais com incremento de R$ 5,1 milhões (+2,2%);
- Patrimônio Líquido somou R$ 433,9 milhões (+13,9%);
- Receita de juros líquida (NII) totalizou 117,6 milhões (+ 9,1%);
- Índice de Basileia ficou em 13,3% (+1,6 pp.)

Receitas Totais - R$ milhões



Contato de Relações com Investidores

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores
+55 (79) 3218-1201
ri@banese.com.br

Itens Patrimoniais - R$ milhões	4T19	4T18		V12M	4T19	3T19		V3M
Ativos Totais	5.534,2	5.246,9	▲	+5,5%	5.534,2	5.531,1	▲	+0,1%
Operações de Crédito	2.786,7	2.350,3	▲	+18,6%	2.786,7	2.510,3	▲	+11,0%
Aplicações Financeiras (1)	2.281,3	2.455,7	▼	-7,1%	2.281,3	2.519,9	▼	-9,5%
Captações Totais	4.810,7	4.635,7	▲	+3,8%	4.810,7	4.744,8	▲	+1,4%
Patrimônio Líquido	433,9	405,9	▲	+6,9%	433,9	380,9	▲	+13,9%

Itens de Resultado - R$ milhões	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Receitas Totais	916,0	837,7	▲	+9,3%	241,5	236,4	▲	+2,2%
Resultado Bruto Interm. Financeira	397,8	376,3	▲	+5,7%	93,9	98,6	▼	-4,8%
Resultado Operacional	116,9	102,9	▲	+13,6%	22,9	25,5	▼	-10,2%
Margem Financeira (2)	472,7	426,1	▲	+10,9%	131,7	114,8	▲	+14,7%
EBITDA (3)	121,1	137,1	▼	-11,7%	25,3	26,7	▼	-5,2%
Lucro Líquido	83,6	62,5	▲	+33,8%	25,9	16,3	▲	+58,9%
Receita Líquida de Juros (NII) (4)	438,5	387,3	▲	+13,2%	117,6	107,8	▲	+9,1%
Receita de Serviços	134,6	131,2	▲	+2,6%	37,7	32,3	▲	+16,7%
Despesas com Provisões (PCLD)	125,9	92,1	▲	+36,7%	57,9	27,4	▲	+111,3%
Despesas Administrativas	339,7	314,4	▲	+8,0%	89,0	85,9	▲	+3,6%
Margem Líquida (5)	9,1%	7,5%	▲	+1,6 pp	10,7%	6,9%	▲	+3,8 pp.
Margem EBITDA (6)	13,2%	16,4%	▼	-3,2 pp.	10,5%	11,3%	▼	-0,8 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,18%	1,04%	▲	+0,14 pp.	1,18%	1,30%	▼	-0,12 pp.
Índice de Basileia	13,3%	14,2%	▼	-0,9 pp.	13,3%	11,7%	▲	+1,6 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) (7)	8,5%	8,0%	▲	+0,5 pp.	2,3%	2,1%	▲	+0,2 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) (8)	1,5%	1,2%	▲	+0,3 pp.	1,5%	1,4%	▲	+0,1 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (9)	20,8%	16,0%	▲	+4,8 pp.	20,8%	19,4%	▲	+1,4 pp.
Índice de Eficiência (10)	71,9%	71,0%	▲	+0,9 pp.	71,2%	66,5%	▲	+4,7 pp.
Índice de Provisionamento	4,1%	3,4%	▲	+0,7 pp.	4,1%	3,4%	▲	+0,7 pp.
Índice de Cobertura Adm. (11)	39,6%	41,7%	▼	-2,1 pp.	42,3%	37,6%	▲	+4,7 pp.
Índice de Cobertura Folha (12)	77,0%	76,7%	▲	+0,3 pp.	81,0%	73,6%	▲	+7,4 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados
(2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
(3) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
(4) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) – Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).
(5) Lucro Líquido / Receita Total.
(6) EBITDA / Receita Total.
(7) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).
(8) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).
(9) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).
(10) (Receita Líquida de Juros + Receita de Serviços) / Despesas Totais.
(11) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.
(12) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como "acredita", "antecipa", "deseja", "prevê", "espera" e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Brasil encerrou o ano de 2019 com a economia em retomada de crescimento, em meio a aprovação da reforma da previdência, corte nos gastos e incentivo ao crédito. A inflação controlada e a os juros mais baixos também favoreceram o produto interno bruto do país, que tem previsão de crescer 1,17% em 2019.

A consolidação do novo modelo de atendimento da rede de agências, bem como de negócios gerados através dos Correspondentes no País, aliado ao lançamento de novos produtos e serviços disponibilizados por meio dos canais de autoatendimento contribuíram para os resultados alcançados em 2019 e para acompanhar as transformações que o mercado bancário tem passado.

Alinhados ao nosso plano estratégico, temos um contínuo investimento em programas de aprendizagem, no aprimoramento dos processos e estrutura de governança corporativa, gestão de riscos e transparência. Nossas ações estratégicas proporcionam aos clientes um Banese mais moderno e digital, com produtos e serviços inovadores que garantem agilidade, segurança e praticidade.

As ações executadas pela administração e pelos colaboradores do Banese têm cooperado para o aumento da solidez da Instituição, como também para os resultados mais sustentáveis.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R$ milhões

	4T19	4T18		V12M	3T19		V3M
Ativos de Crédito	2.786,7	2.350,3	▲	+18,6%	2.510,3	▲	+11,0%
(-) Provisões	-114,7	-80,9	▲	+41,8%	-86,1	▲	+33,2%
Ativos Líquidos de Crédito	2.672,0	2.269,4	▲	+17,7%	2.424,2	▲	+10,2%
Aplicações Financeiras	1.942,9	2.136,6	▼	-9,1%	2.193,5	▼	-11,4%
Créditos Vinculados	365,4	347,1	▲	+5,3%	348,8	▲	+4,8%
Permanente	106,0	95,4	▲	+11,1%	105,7	▲	+0,3%
Outros	447,9	398,4	▲	+12,4%	458,9	▼	-2,4%
Total	**5.534,2**	**5.246,9**	▲	**+5,5%**	**5.531,1**	▲	**+0,1%**

Os ativos totais apresentaram saldo de R$ 5.534,2 milhões ao final do 4T19, com expansão de 5,5% em 12 meses. Neste período, destaca-se o aumento nos ativos líquidos de crédito na ordem de R$ 402,6 milhões e redução de R$ 193,7 milhões no saldo das aplicações financeiras. Em 03 meses, a variação nos ativos líquidos investidos em crédito foi de +10,2%, registrando uma carteira de R$ 2,7 bilhões ao final do 4T19.

O volume de provisionamento apresenta incremento em 12 meses e no último trimestre, influenciado pela variação negativa da classificação de risco de operações em carteira voltadas ao segmento pessoa jurídica.

Os ativos líquidos de crédito representam 48,3% do ativo total; as aplicações financeiras 35,1%; e os créditos vinculados, ativo permanente e outros ativos somam 16,6%.

O ativo permanente segue apresentando variação positiva, 11,1% em 12 meses, por força da incorporação de resultados por equivalência patrimonial da investida SEAC – Sergipe Administradora de Cartões Ltda., empresa pertencente ao conglomerado Banese.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R$ milhões

	4T19	4T18		V12M	3T19		V3M
Depósitos à Vista	770,0	726,2	▲	+6,0%	689,2	▲	+11,7%
Poupança	1.472,0	1.384,8	▲	+6,3%	1.408,1	▲	+4,5%
Depósitos Judiciais	1.036,7	983,6	▲	+5,4%	1.060,7	▼	-2,3%
CDB/RDB	1.115,8	1.007,2	▲	+10,8%	1.168,1	▼	-4,5%
CDI	126,7	162,5	▼	-22,0%	142,3	▼	-11,0%
LF/LFS/LCI	196,3	257,6	▼	-23,8%	193,2	▲	+1,6%
Compromissadas	0,1	48,4	▼	-99,8%	5,7	▼	-98,2%
Obrigações de Repasses	92,9	65,4	▲	+42,0%	77,5	▲	+19,9%
Total	**4.810,5**	**4.635,7**	▲	**+3,8%**	**4.744,8**	▲	**+1,4%**

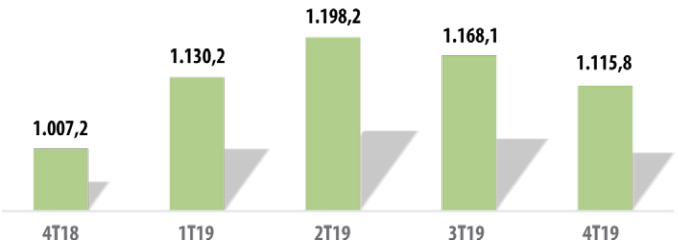
No 4T19 o total de recursos captados alcançou R$ 4.810,5, um acréscimo de 3,8% em 12 meses, reflexo do crescimento dos depósitos a prazo (R$ +108,6 milhões), de poupança (R$ +87,2 milhões) e judiciais (R$ +53,1 milhões). No último trimestre o acréscimo foi de 1,4%, resultante sobretudo dos depósitos à vista (R$ +80,8 milhões) e depósitos de poupança (R$ +63,9 milhões).

As captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentaram decremento de 11,0% (R$ -15,6 milhões) no 4T19 e de 22,0% (R$ -35,8 milhões) em 12 meses, em função da redução das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados aos créditos rural e imobiliário, operações que possuem como reciprocidade a mencionada captação.

A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada às concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Depósito a Prazo - R$ milhões



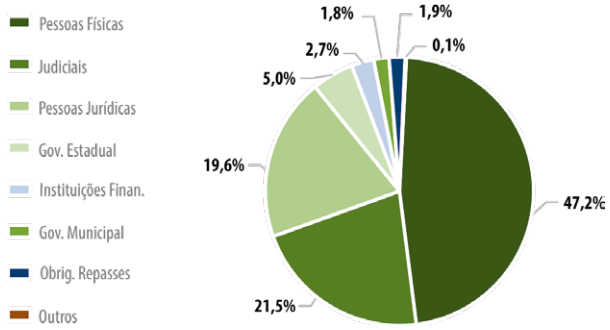
Os saldos de depósitos a prazo cresceram 10,8% nos últimos 12 meses (R$ 108,6 milhões), reflexo do incremento nas captações de governo estadual e pessoas jurídicas.

A variação observada no 4T19 (-4,5% ou R$ -52,3 milhões) é decorrente de retração nas captações de governos estadual e municipal.

As captações em Letras Financeiras apresentaram estabilidade no último trimestre e variaram negativamente em 12 meses (-2,1% ou R$ -1,1 milhão), decorrente do pagamento de juros no período. As Letras Financeiras Subordinadas apresentaram incremento no último trimestre (2,5% ou R$ +2,3 milhões), resultante da remuneração do estoque; e decremento em 12 meses (38,8% ou R$ -61,6 milhões), reflexo de liquidações no vencimento e pagamento de juros.

As Letras de Crédito Imobiliário apresentaram crescimento 1,2% no 4T19 (R$ 0,6 milhão) e de 2,6% em 12 meses (R$ 1,3 milhão), decorrente de renovações de operações de crédito geradoras de lastros para LCI e de operações para pessoas físicas. Essa opção de captação é atrativa pelo fato de ser um investimento isento de imposto de renda que pode torná-la mais rentável quando comparada aos demais produtos.

Maiores Fontes de Captação (% do total)



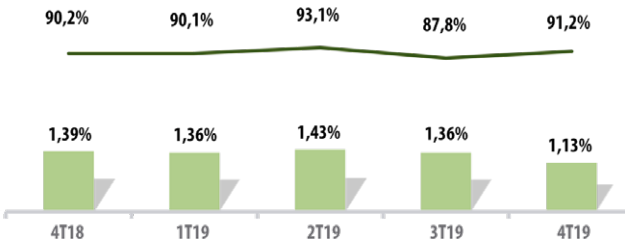
A maior fonte de captação de recursos do Banese provém de pessoas físicas, com aproximadamente 47,2% do volume captado, enquanto que as pessoas jurídicas respondem por 19,6% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.

Os depósitos judiciais representam aproximadamente 21,5% do total do volume captado pelo Banese.

O custo da captação apresentou redução de 0,23 pp. no último trimestre e de 0,26 pp. em 12 meses. A queda observada no 4T19 em relação ao 3T19, foi decorrente da redução da taxa de juros do país. Em relação ao 4T18, além do motivo supracitado a redução decorreu do crescimento da participação dos depósitos de poupança e judiciais e da liquidação de parte do estoque de Letra Financeira Subordinada – LFS.

Em termos de CDI, o crescimento observado foi reflexo da queda da taxa de juros do país, diante das captações que possuem indexação prefixadas e inflação, como as dívidas subordinadas.

Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R$ milhões

	4T19	4T18		V12M	3T19		V3M
Carteira Comercial	1.939,0	1.627,8	▲	+19,1%	1.726,8	▲	+12,3%
Para Pessoas Físicas	1.588,5	1.301,4	▲	+22,1%	1.420,4	▲	+11,8 %
Para Pessoas Jurídicas	350,5	326,4	▲	+7,4%	306,4	▲	+14,4%
Carteira de Desenvolvimento	594,4	518,1	▲	+14,7%	562,9	▲	+5,6%
Para Pessoas Físicas	464,7	413,2	▲	+12,5%	454,1	▲	+2,3%
Para Pessoas Jurídicas	129,7	104,9	▲	+23,6%	108,8	▲	+19,2%
Títulos e Créditos a Receber	253,3	204,4	▲	+23,9%	220,6	▲	+14,8%
Total	**2.786,7**	**2.350,3**	▲	**+18,6%**	**2.510,3**	▲	**+11,0%**

A carteira de crédito do Banese alcançou R$ 2,8 bilhões de ativos, apresentando um crescimento de 11,0% em relação ao 3T19 e 18,6% em relação ao 4T18, mantendo níveis confortáveis de inadimplência e com destaque das principais modalidades de crédito de livre destinação (consignados, veículos, crédito pessoal, créditos vinculados a salário).

O Banese é detentor da maior fatia de mercado do crédito com recursos livres de Sergipe, com 41,2% de participação segundo dados do Banco Central do Brasil (Nov/19). A exposição é focada em operações de varejo, com destaque para crédito consignado e pequenas e médias empresas.

A variação positiva na carteira comercial pessoa física é fruto de ações planejadas das áreas de negócios em empresas conveniadas e órgãos públicos estaduais e municipais, enquanto que a ampliação na carteira comercial pessoa jurídica reflete ações que estão sendo realizadas no intuito de direcionar a oferta para empresas que possuem histórico creditício positivo e das ações de cross selling entre a operação de meios de pagamento e o Banco.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, industrial e rural, representou 21,3% da carteira de crédito total do Banese. Influenciada pelo crescimento dos investimentos em segmentos do agronegócio e industrial desde o primeiro semestre de 2019, a carteira de desenvolvimento apresentou crescimento tanto em relação ao 3T19 (+5,6%) quanto nos últimos 12 meses (+14,7%). Ressalta-se que nos últimos 12 meses apenas a carteira imobiliária apresentou redução no saldo aplicado (-0,34%) tendo em vista o grande volume de liquidação/amortização das operações no final de 2018.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R$ milhões		Variação		% Carteira		Variação	
	4T19	4T18			4T19	4T18		
AA	1.015,0	413,9	▲	+145,2%	36,4%	17,6%	▲	+18,8 pp.
A	1.037,0	1.003,1	▲	+3,4%	37,2%	42,7%	▼	-5,5 pp.
B	414,0	569,0	▼	-27,2%	14,9%	24,2%	▼	-9,3 pp.
C	155,0	230,2	▼	-32,7%	5,6%	9,8%	▼	-4,2 pp.
D - H	165,7	134,1	▲	+3,6%	5,9%	5,7%	▲	+0,2 pp.
Total	**2.786,7**	**2.350,3**	▲	**+18,6%**	**100,0%**	**100,0%**	▶	**ND**

Em termos relativos, as operações de crédito classificados entre as faixas de risco "AA" a "C" representam 94,1% do total da carteira do Banese. Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representam 5,9% da carteira de crédito do Banese.

Qualidade do Crédito por Carteira 4T19- R$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros
AA	1.014,9	1.014,9	0	0	0	0
A	1.037,0	362,6	10,3	70,5	346,9	246,7
B	413,5	333,5	35,5	22,8	16,4	5,3
C	155,1	116,0	16,2	7,3	15,1	0,6
D - H	166,2	111,9	30,3	19,9	3,4	0,7
Total	**2.786,7**	**1.938,9**	**92,3**	**120,5**	**381,8**	**253,3**

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras – R$ milhões

	4T19	4T18	V12M		3T19	V3M	
Interfinanceiras de Liquidez	862,2	999,1	▼	-13,7%	1.117,9	▼	-22,9%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.079,4	1.073,2	▲	+0,6%	1.068,9	▲	+1,0%
Cotas de Fundos	45,6	101,9	▼	-55,3%	45,1	▲	+1,1%
Renda Fixa	1.033,8	971,3	▲	+6,4%	1.023,8	▲	+1,0%
Compromissadas + Prest. Garantia	1,0	49,2	▼	-98,0%	6,5	▼	-84,6%
Depósitos Compulsórios Remunerados	338,7	334,3	▲	+1,3%	326,6	▲	+3,7%
Total	**2.281,3**	**2.455,8**	▼	**-7,1%**	**2.519,9**	▼	**-9,5%**

O total das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários apresentou um saldo de R$ 1.941,6 milhões ao final de 2019, com decremento de 11,2% (R$ -245,2 milhões) no 4T19 e de 6,3% (R$ -130,7 milhões) em 12 meses, reflexo do crescimento da carteira de crédito no período.

Houve redução nos fundos de investimentos e nos títulos de crédito privado (CDB e DI) decorrente da estratégia atual da tesouraria, em priorizar operações com ativos que exijam uma menor alocação de capital. Ocorreu aumento nos ativos de cumprimento da exigibilidade junto ao Banco Central (DI Rural), reflexo das operações realizadas para o período agrícola 2019-2020.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Isso significa que as aplicações são feitas em instrumentos de liquidez, denominados em moeda nacional e são marcados a mercado, para mitigação de riscos relacionados a variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos líquidos e de baixo risco, com o intuito de manter níveis confortáveis de liquidez e capital.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T19 foi 100,7% do CDI, ligeiramente inferior à de 100,8% do CDI no 3T19, impactada pela performance dos fundos de investimento e pela não renovação das posições vencidas em crédito privado, porém superior à de 100,3% do CDI em 2018.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R$ milhões

	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Receitas de Crédito	522,2	476,5	▲	+9,6%	136,9	130,6	▲	+4,8%
Receitas de Aplicações Financeiras	129,5	125,0	▲	+3,6%	25,3	33,1	▼	-23,6%
Receitas de Prestação de Serviços	134,4	130,9	▲	+2,7%	37,6	32,3	▲	+16,4%
Receitas de Participações	11,9	5,1	▲	+133,3%	2,0	3,0	▼	-33,3%
Outras Receitas Operacionais	115,5	95,3	▲	+21,2%	39,2	37,2	▲	+5,4%
Receitas Não Operacionais	2,5	4,9	▼	-49,0%	0,5	0,2	▲	+150,0%
Total	**916,0**	**837,7**	▲	**+9,3%**	**241,5**	**236,4**	▲	**+2,2%**

As receitas do Banese totalizaram R$ 916,0 milhões no ano de 2019, um aumento de R$ 78,3 milhões, +9,3% em relação ao ano anterior. Destaque para as receitas com operações de crédito (R$ +45,7 milhões) e outras receitas operacionais: reversão de provisões operacionais (R$+ 13,6 milhões) e reversão de provisões para operações de crédito (R$ +8,8 milhões). Ressalta-se que o crescimento das receitas de reversão de provisões operacionais é explicado pela receita extraordinária no 3T19 relativa a reversão de provisão de passivos previdenciários no valor de R$ 14,5 milhões, resultante de reavaliação dos processos de natureza tributária consoante com a Resolução CMN nº 3.282/2009 (Pronunciamento Técnico CPC 25) e Carta Circular Bacen nº 3.429/2010.

No acumulado do 4T19 houve crescimento de R$ 5,1 milhões nas receitas totais, quando comparadas ao 3T19, decorrente do crescimento das receitas de crédito (R$ +6,3 milhões), em linha com o crescimento da carteira no período; seguidas pelas rendas com prestação de serviços (R$ +5,3 milhões), impulsionadas por bônus de produção anual de operações com o Grupo Segurador Mapfre; e pelas outras receitas operacionais (R$ +2,0 milhões).

No último trimestre houve receitas de recuperação Créditos Baixados em Prejuízo, na ordem de R$ 13,9 milhões, decorrente, principalmente, da incorporação de bens dados em garantia, através de imóveis; e por campanha estratégica para recuperação do estoque de créditos baixados em prejuízo. No ano 2019, o total recuperado foi de R$ 27,3 milhões.

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R$ milhões

	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Despesas de Captação	204,8	207,8	▼	-1,4%	43,4	54,1	▼	-19,8%
Resultado de TVM	4,0	0,5	▲	+700,0%	0,03	0,6	▼	-95,0%
Desp. Obrigações p/Empréstimos	4,4	5,0	▼	-12,0%	1,1	1,2	▼	-8,3%
Total	**213,2**	**213,3**	▶	**ND**	**44,5**	**55,9**	▼	**-20,3%**

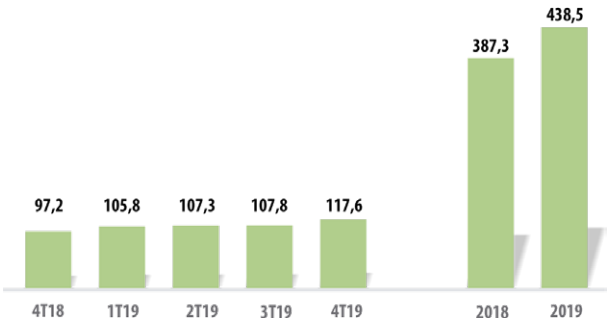
As despesas de captação apresentaram redução de -1,4% em 12 meses e de -19,8% em 03 meses, decorrente, principalmente, dos resgates das Letras Financeiras Subordinadas e retração da inflação vinculada ao custo desses títulos, e queda da taxa básica de juros.

Receita Liquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 13,2% na variação de 12 meses e de +9,1% no trimestre.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório, como o aumento das receitas com operações de crédito e redução nas despesas com captação.

Receita Liquida de Juros (NII)



Despesas com Pessoal/Folha – R$ milhões

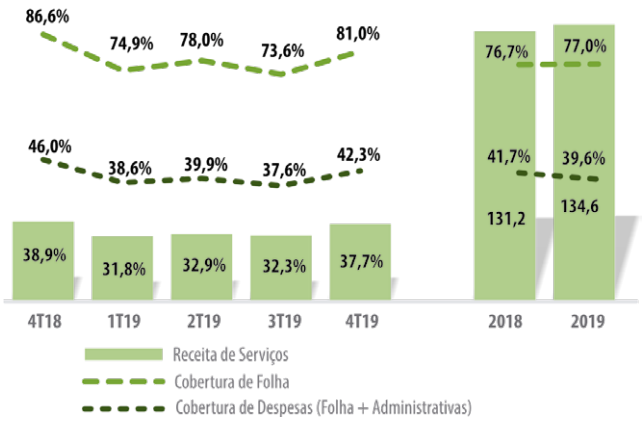
	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Salários	104,5	100,5	▲	+4,0%	27,6	26,4	▲	+4,5%
Benefícios	22,9	21,7	▲	+5,5%	6,4	5,5	▲	+16,4%
Encargos Sociais	46,4	47,3	▼	-1,9%	12,1	11,8	▲	+2,5%
Treinamentos e Outros	1,1	1,5	▼	-26,7%	0,4	0,1	▲	+300,0%
Total	**174,9**	**171,0**	▲	**+2,3%**	**46,5**	**43,8**	▲	**+6,2%**

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de 2,3% em 12 meses e 6,2% nos últimos três meses, sendo essa variação em linha com a inflação e reajuste da categoria no período. O incremento observado no último trimestre foi decorrente de pagamento de Cesta Alimentação – Acordo Coletivo (despesas com benefícios) e capacitações de pessoal programadas para o último mês do exercício (despesas de treinamentos).

O Índice de Cobertura Folha ficou em 77,0% em 2019, variando positivamente 0,3 pp. em 12 meses. No 4T19 o índice foi de 81,0%, +7,4 pp. em relação ao 3T19, impactado pelo incremento pontual das receitas de serviços, decorrente do bônus de produção anual de operações com o Grupo Segurador da Mapfre (R$ 4,8 milhões).

Com relação ao Índice de Cobertura Despesas Administrativas, observa-se que em 2019 o mesmo foi 2,1 pp. inferior ao registrado em 2018 (o incremento das despesas administrativas foi relativamente superior ao crescimento das receitas de serviços). Já na análise trimestral, o 4T19 apresentou índice de 4,7 pp. superior ao 3T19.

Índices de Cobertura (%)



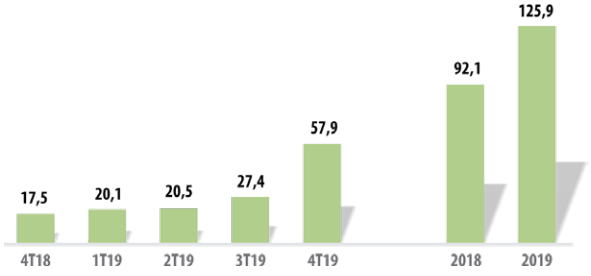
Outras Despesas Administrativas – R$ milhões

	2019	2018		V12M	4T19	3T19		V3M
Serviços de Terceiros	76,4	66,3	▲	+15,2%	19,3	20,2	▼	-4,5%
Consumo, Manutenção e Materiais	23,5	22,0	▲	+6,8%	5,8	6,1	▼	-4,9%
Sistemas e Processamento de Dados	31,4	26,5	▲	+18,5%	7,9	7,7	▲	+2,6%
Seguros	3,7	3,6	▲	+2,8%	1,1	0,8	▲	+37,5%
Transportes de Numerário	8,6	7,7	▲	+11,7%	2,3	2,3	▶	ND
Tributárias	2,2	1,2	▲	+83,3%	0,5	0,2	▲	+150,0%
Outras Despesas	19,0	16,1	▲	+18,0%	5,7	4,9	▲	+16,3%
Total	**164,8**	**143,4**	▲	**+14,9%**	**42,6**	**42,2**	▲	**+0,9%**

As outras despesas administrativas apresentaram crescimento de 14,9% (R$ 21,4 milhões) em 12 meses, destacando-se as despesas com Serviços de Terceiros, despesas essas relacionadas com processos estratégicos de migração de serviços do Banese para pontos de atendimentos diversos das agências – expansão da rede de Correspondente no País; e em seguida as despesas com Sistemas e Processamento de Dados, também diretamente ligadas a processos estratégicos de migração de serviços para canais digitais.

No último trimestre variação de 0,9% (R$ +0,4 milhão), onde se observa leve crescimento das despesas com Relações Públicas e Propaganda e Publicidade (Outras Despesas), e redução nos grupos de Serviços de Terceiros e de Materiais.

Despesa com Provisão - R$ milhões



As despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) acumularam R$ 125,9 milhões em 2019, R$ +33,8 milhões em relação ao exercício 2018. Quando relacionado o 4T19 com o 3T19 essa variação ficou em R$ +30,5 milhões.

O incremento na despesa de provisão é decorrente, principalmente, das migrações para piores níveis de risco "D – H" de operações de crédito voltadas ao segmento pessoa jurídica, concentrada no último trimestre em operação do segmento industrial.

Outras Despesas Operacionais – R$ milhões

	2019	2018	V12M	4T19	3T19	V3M
Depreciação e Manutenção	16,0	16,7	▼ -4,2%	4,4	4,2	▲ +4,8%
Desvalorização de Créditos	0,5	0,4	▲ +25,0%	0,1	0,1	▶ ND
Provisões Passivas	33,2	7,4	▲ +348,6%	4,7	20,1	▼ -76,6%
Convênio com Tribunal de Justiça	18,2	16,5	▲ +10,3%	4,5	4,4	▲ +2,3%
ISS/PIS/COFINS	37,9	35,0	▲ +8,3%	10,2	9,3	▲ +9,7%
Descontos Concedidos	0,1	0,5	▼ -80,0%	0,0	0,0	▶ ND
Juros sobre Capital Próprio	0,0	21,4	▼ -100,0%	0,0	0,0	▶ ND
Participação nos Lucros e Resultados	12,6	9,2	▲ +37,0%	4,2	2,2	▲ +90,9%
Outros	11,9	11,1	▲ +7,2%	2,6	3,3	▼ -21,2%
Total	**130,4**	**118,2**	**▲ +10,3%**	**30,7**	**43,6**	**▼ -29,6%**

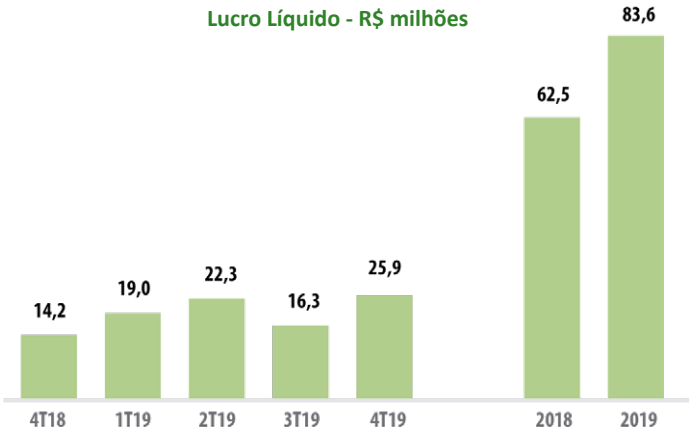
As outras despesas operacionais apresentaram incremento de R$ 12,2 milhões no comparativo de 12 meses. Cabe ressaltar que no 3T19 foi constituída despesa de provisão com passivos fiscais no valor de R$ 15,9 milhões, resultante de reavaliação dos processos de discussões tributárias de constitucionalidade, consoante com a Resolução CMN nº 3.282/2009 (Pronunciamento Técnico CPC 25) e Carta Circular Bacen nº 3.429/2010.

Lucro Líquido

Reflexo do comportamento dos negócios apresentados nesse relatório, o lucro líquido do 4T19 ficou em R$ 25,9 milhões, 58,9% superior ao registrado no 3T19; e o lucro líquido de 2019 totaliz ou R$ 83,6 milhões, +33,8% em relação a 2018.

O resultado do Banese em 2019 e 4T19 foi ainda afetado pontualmente por evento não recorrente relacionado à majoração da alíquota da CSLL – Contribuição Sobre Lucro Líquido, a qual passará a ser de 20% a partir de março/2020. Em dezembro/2019 o estoque de crédito tributário sobre adições temporárias teve sua base relativa à CSLL ajustada, alterando alíquota de 15% para 20%, atendendo às normas vigentes, gerando impacto positivo na ordem de R$ 10,3 milhões sobre o resultado apurado.

Lucro Líquido - R$ milhões

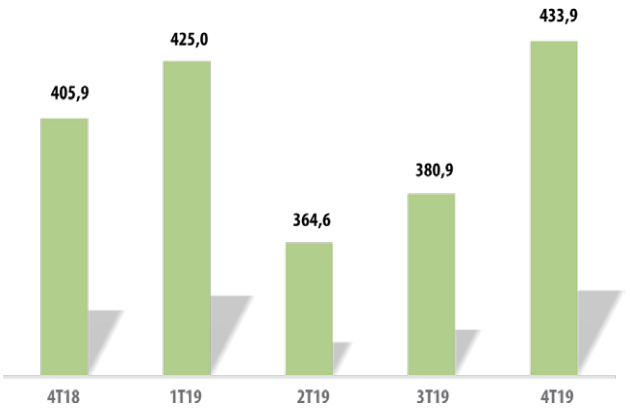


Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 6,9% no período de 12 meses e 13,9% no último trimestre. O crescimento observado no período é consequente da incorporação dos resultados e do impacto dos ajustes atuariais ocorridos no exercício 2019.

No 2T19 e no 4T19 o Banese efetuou ajustes de avaliação atuarial relativos ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS (plano saldado de benefício definido), conforme CPC 33-R1, aprovada pela Deliberação CVM 695/2012, o qual gerou efeito negativo no PL na ordem de R$ -75,2 milhões ao final do 2T19, por força de redução na taxa de mercado utilizada para cálculo do valor presente das obrigações atuariais. Ao final do 4T19, o impacto desse ajuste atuarial no Patrimônio Líquido ficou em R$ -39,5 milhões.

Patrimônio Líquido - R$ milhões

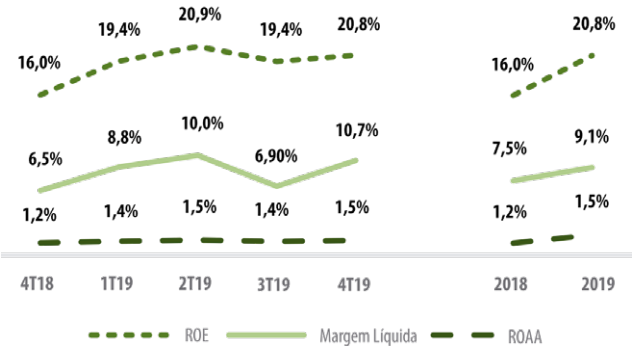


Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Os índices de lucratividade nos auxiliam a perceber o retorno sobre os recursos investidos no período.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), a Margem Líquida e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) obtidos pelo Banese ao final de 2019 apresentam variações positivas, consequentes dos resultados e negócios apresentados neste relatório.

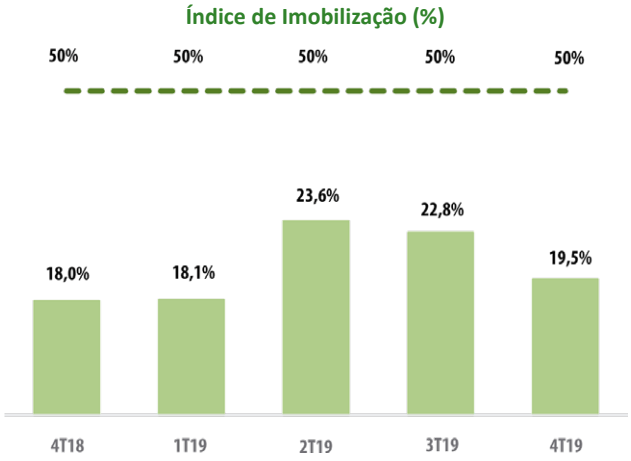
Índices de Rentabilidade e Lucratividade



Capitalização e Basileia

Índices e Capitalização (R$ milhões)	4T19	3T19	V3M	4T18	V12M
Patrimônio de Referência	451,2	375,3	▲ +20,2%	446,9	▲ +1,0%
PR Nível I	392,9	318,4	▲ +23,4%	376,0	▲ +4,5%
PR Nível II	58,3	56,9	▲ +2,5%	70,8	▼ -17,7%
Índice de Basileia	13,3%	11,8%	▲ +1,5 pp.	14,2%	▼ -0,9 pp.
Índice de Capital Principal	11,6%	10,0%	▲ +1,6 pp.	12,0%	▼ -0,4 pp.
Índice de Capital Nível I	11,6%	10,0%	▲ +1,6 pp.	12,0%	▼ -0,4 pp.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,5%	10,5%	▶ ND	10,5%	▶ ND
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP.	78.667	26.983	▲ 191,5%	88.346	▼ -11,0%

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,3% ao final do 4T19, quando comparado ao índice apurado ao final do 3T19, apresentando um crescimento de 1,5 pp., em virtude do crescimento do Patrimônio de Referência Nível I em 23,4% (aprox. R$ 74,5 milhões), ocasionado pelo resultado acumulado do período, e pela redução do registro em PL do passivo atuarial do SERGUS líquido de crédito tributário em 52% (aprox. R$ 39,4 milhões ante R$ 75,2 milhões), seguido do decréscimo das deduções prudenciais do crédito tributário (aprox. R$ 23,8 milhões ante a R$ 43,1 milhões), principalmente decorrente da redução do citado passivo.



O índice de imobilização encerrou o 4T19 em 19,5%, apresentando uma redução de 3,3 pp. quando comparado ao índice observado no 3T19, em virtude do crescimento do patrimônio de Referência em 20,2% (aprox. R$ 75,9 milhões).

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%.

Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

Ratings

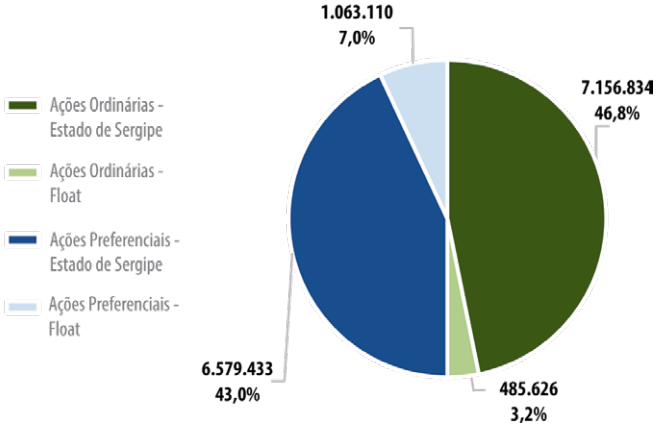
A *Fitch Ratings*, em 31 de julho de 2019, afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo do em 'A-(bra)' (A menos (bra)) e o Rating Nacional de Curto Prazo do Banco em 'F1(bra)', com manutenção da perspectiva do rating de longo prazo como Estável. A manutenção dos *ratings* nacionais do Banese considerou o moderado apetite por risco e os adequados indicadores de captação, liquidez e qualidade de crédito do Banese. Destacou, ainda, que o banco apresentou recuperação consistente em sua rentabilidade, mantendo níveis elevados desde 2016, apresentando crescimento sustentado no crédito controlado e índices de inadimplência estáveis, mesmo sob um ambiente operacional desafiador. Ressaltou, que a instituição possui uma boa estrutura de governança corporativa, consistência dos objetivos de longo prazo e a boa execução do planejamento estratégico.

A *Moody's Investors Service* (*Moody's*) afirmou, em 03 de setembro de 2019, todos os ratings atribuídos ao Banese, incluindo sua avaliação de perfil de risco de crédito individual "Ba2" para depósitos de longo prazo em moeda local, na escala global, com alteração da perspectiva de estável para negativa, e ratings de depósitos "Aa3.br", em longo prazo, na escala nacional. As perspectivas para os ratings de depósito de longo prazo em moeda estrangeira e depósitos de longo prazo na escala nacional continuam estáveis. A perspectiva Negativa do rating de depósitos de longo prazo em moeda local, em escola global, observou o declínio no índice de capitalização do banco, ocasionado pelo reconhecimento de obrigação decorrente de passivo atuarial do fundo de pensão.

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	A- (bra)	F1 (bra)	Estável
Moody's	Nacional – Depósitos	Aa3 br	BR-1	Estável
	Global em Moeda Nacional - Depósitos	Ba2	*Not Prime*	Negativa
	Global em Moeda Estrangeira - Depósitos	Ba3	Not Prime	Estável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3



A estrutura acionária do Banese no 4T19 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.

Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 879.623 correntistas e poupadores em 2019, compreendendo 846.616 clientes PF e 33.007 clientes PJ. No comparativo com o ano de 2018 o número de clientes apresentou um crescimento de 2,37%.

No final do 2019 houve um incremento de 10,29% na quantidade de transações realizadas no *Internet* e *Mobile Banking*, quando comparado ao acumulado ao ano de 2018. Em relação ao 3T19, o crescimento no número de transações realizadas foi de 8,84%.

O foco nos canais digitais assegura comodidade para os clientes e mais agilidade na aquisição de uma maior quantidade de produtos e serviços. A utilização dos canais de autoatendimento para a realização de transações continua sendo a forma preferida dos clientes Banese, visto que, 82,4% do total de transações foram realizadas no autoatendimento até o mês dezembro.

Dados de Canais

	4T19	3T19		V3M	2019	2018		V12M
Agências	63	63	▶	0	63	63	▶	0
Postos de Serviços	09	09	▶	0	09	15	▼	-6
Terminais ATM	488	482	▲	6	488	506	▼	-18
Correspondentes no País	204	193	▲	11	204	233	▼	-29
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	10,6 Mi	10,1 Mi	▲	0,5 Mi	41,3 Mi	41,1 Mi	▲	0,2 Mi
Volume Transacionado	R$ 10,5 Bi	R$ 10,3 Bi	▲	R$ 0,2 Bi	R$ 41,5 Bi	R$ 39,6 Bi	▲	R$ 1,9 Bi
Transações *online*	24,6 Mi	22,6 Mi	▲	2,0 Mi	91,1 Mi	82,6 Mi	▲	8,5 Mi
Volume Transacionado	R$ 2,5 Bi	R$ 2,3 Bi	▲	R$ 0,2 Bi	R$ 9,4 Bi	R$ 7,9 Bi	▲	R$ 1,5 Bi

Serviços Financeiros – Banese 2.0

O Depósito Inteligente permite aos clientes Pessoas Jurídicas ganhos com uma gestão automatizada e proativa de sua tesouraria. Este serviço promove agilidade na conversão do fluxo de caixa em capital de giro, redução em despesas no recolhimento do numerário e mitigação de falhas operacionais. O total de transações finalizou o 4T19 com um volume de 42,9 mil e o valor total no período foi de R$ 52,5 milhões.

Em todo o Estado estão disponíveis 89 caixas eletrônicos recicladores de cédulas do Banese, além de 87 em parceria com a rede Saque e Pague. O BANESE e a SEAC também concedem para as PME'S pacotes de serviços personalizados e tarifas exclusivas.
O Banco também ampliou seus serviços digitais no Portfólio de Recargas atendendo ao cliente na percepção de serviços de consumo diário, games e *streaming*.

Investimentos em Capital Humano

Os investimentos em programas de aprendizagem realizados pelo Banco seguem alinhados ao plano estratégico da organização, com o propósito de desenvolver competências, elevar o desempenho e engajamento das equipes, promover oportunidades de inovação e o crescimento de vantagens competitivas.

O Programa de Incentivo à Formação Profissional é uma das principais ações promovidas pelo Banese, promovendo um clima organizacional favorável à aprendizagem e possibilitando a profissionalização das equipes. São ofertadas bolsas de 50% do valor de cursos de graduação, especialização e língua estrangeira, por meio. Os cursos de pós-graduação ocupam o maior número de bolsas ativas, seguidos de língua estrangeira.

A Universidade Corporativa Banese, em sua plataforma virtual de aprendizagem, disponibiliza mais de 105 cursos auto instrucionais para seus colaboradores. Vale destacar os cursos de Introdução ao Mercado de Cartões, Cobrança e Recuperação de Crédito, como os principais cursos concluídos e que foram desenvolvidos por conteudistas da organização.

No ano, foram estabelecidas diversas parcerias entre o Banese e instituições de ensino superior, especialização e idiomas, proporcionando descontos em cursos por elas ofertados, como benefício para funcionários e dependentes. O Banco também possui programas que garantem a obtenção de certificações obrigatórias, assim como participações em eventos e treinamentos externos, *in company* e à distância.

Foram realizadas também trilhas de aprendizagem que representaram a trajetória de desenvolvimento a ser percorrida pelos funcionários. Além de ações de inovação, gestão do conhecimento e imersões trimestrais.

Por fim, em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade das Estatais, Lei 13.303/2016, também foi realizado um programa de treinamento para as lideranças sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades e atuação da sociedade de economia mista e listada em bolsa de valores.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese e pela Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

A Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC) oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos, com foco no mercado de cartões de crédito, vouchers e soluções de adquirência. O Banese Card está presente nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, e expandindo nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

A quantidade de clientes aptos a comprar apresentou crescimento de 2,62% em relação a 2018, alcançando um total de 582,4 mil clientes em 2019. O volume transacionado pelos produtos geridos pela SEAC (Banese Débito, Banese Card e Banese Alimentação/Refeição) ultrapassou o total de R$ 2,0 bilhões no ano, uma variação de 22,1% quando comparado com 2018. No cartão de crédito Banese Card (principal produto da empresa) o volume financeiro alcançou um total de R$ 1,8 bilhão, um aumento de 23,9% em relação ao ano anterior. Esse desempenho é fruto dos aumentos de limites dos portadores e dos resultados com a expansão da SEAC.

O ano de 2019 foi marcado pela oferta de maior comodidade aos portadores Banese Card e aprimoramento do relacionamento com os clientes, por meio do Cartão Virtual Banese Card ELO e do lançamento do recurso digital de atendimento via chat no portal Banese Card, que já realizou mais de 1.000 atendimentos desde sua implantação em meados de setembro de 2019.

Banese Corretora de Seguros

A Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. completa 40 anos no mercado oferecendo as melhores soluções nos diversos ramos de seguros, garantindo mais tranquilidade para seus clientes.

Ao final do 2019, o total de seguros contratados alcançou R$ 108,7 milhões, um incremento de 17,9% quando comparado ao acumulado de 2018. Aumento das vendas dos produtos automóveis/renovações, troco premiado (o troco dos pagamentos realizados no Ponto Banese vale prêmios de até R$ 50 mil e ajuda as instituições apoiadas pelo Instituto Banese), consórcios Lyscar e Banese, previdência e capitalização Icatu contribuíram para o significativo aumento em relação ao ano anterior. Entre os dois últimos trimestres do ano, o aumento foi de 14,6%.

As receitas totalizaram R$ 25,3 milhões no ano, representando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese é um agente de transformação por meio de ações e investimentos voltados para os interesses da comunidade e promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, artístico, socioambiental e cultural do estado. São desenvolvidas ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, com foco na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda é o projeto máster da instituição, idealizado para reforçar o papel social do Banese como grande incentivador e mecenas das diversas linguagens da cultura sergipana.

As ações e projetos de entidades apoiadas pelo Instituto Banese beneficiaram 54.268 pessoas no ano de 2019, o que totalizou R$324,1 mil em investimentos. O Museu recebeu em 2019 um total de 102.573 pessoas, que imergiram nas manifestações folclóricas, símbolos, natureza, artes, história, culinária, festas e costumes de Sergipe. Foi o primeiro ano em que o público de visitantes do Museu ultrapassou a quantidade de cem mil pessoas, e totalizou 691.027 visitantes desde sua inauguração em 2011.

TABELAS E ANEXOS

Demonstrativo de Resultados – BANESE CONSOLIDADO – (R$ mil)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas da Intermediação Financeira	**690.830**	**633.660**
Operações de Crédito	538.497	494.699
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	138.760	124.515
Resultado das Aplicações Compulsórias	13.573	14.446
Despesas da Intermediação Financeira	**(313.810)**	**(287.556)**
Operações de Captações no Mercado	(201.556)	(204.417)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.376)	(4.952)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(74.875)	(49.896)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	(33.003)	(28.291)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**377.020**	**346.104**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(231.536)	(191.871)
Receitas de Prestação de Serviços	133.977	120.252
Receitas de Tarifas Bancárias	78.307	70.390
Despesas de Pessoal	(209.925)	(203.162)
Outras Despesas Administrativas	(223.384)	(196.548)
Despesas Tributárias	(60.275)	(53.075)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	-	-
Outras Receitas Operacionais	120.917	113.488
Outras Despesas Operacionais	(71.153)	(43.216)
Resultado Operacional	**145.484**	**154.233**
Resultado Não Operacional	(387)	2.252
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**145.097**	**156.485**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.883)	(75.795)
Provisão para Imposto de Renda	(31.443)	(30.774)
Provisão para Contribuição Social	(20.132)	(25.968)
Ativo Fiscal Diferido	14.692	(19.053)
Participações de Empregados e Administradores no Lucro.	(12.589)	(9.237)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	**95.625**	**71.453**
Participação de não Controladores	(12.011)	(8.913)
Lucro Líquido	**83.614**	**62.540**
Juros sobre o Capital Próprio	-	(21.420)

Demonstrativo de Resultados – BANESE MÚLTIPLO – (R$ mil)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas da Intermediação Financeira	**681.886**	**638.890**
Operações de Crédito	542.894	499.934
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	125.419	124.510
Resultado das Aplicações Compulsórias	13.573	14.446
Despesas da Intermediação Financeira	**(284.053)**	**(262.639)**
Operações de Captações no Mercado	(204.802)	(207.791)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.376)	(4.952)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(74.875)	(49.896)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**397.833**	**376.251**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(280.880)	(251.775)
Receitas de Prestação De Serviços	56.303	60.820
Receitas de Tarifas Bancárias	78.307	70.390
Despesas de Pessoal	(179.254)	(174.648)
Outras Despesas Administrativas	(174.258)	(155.329)
Despesas Tributárias	(40.111)	(36.195)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	11.891	4.154
Outras Receitas Operacionais	29.636	14.599
Outras Despesas Operacionais	(63.394)	(35.566)
Resultado Operacional	**116.953**	**124.476**
Resultado Não Operacional	(421)	2.536
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**116.532**	**127.012**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.329)	(55.235)
Provisão para Imposto de Renda	(23.461)	(25.770)
Provisão para Contribuição Social	(15.067)	(21.765)
Ativo Fiscal Diferido	18.199	(7.700)
Participações de Empregados e Administradores no Lucro	(12.589)	(9.237)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	**83.614**	**62.540**
Participação de não Controladores	-	-
Lucro Líquido	**83.614**	**62.540**
Juros sobre o Capital Próprio	-	(21.420)

Balanço Patrimonial Consolidado – ATIVOS (R$ mil)

			31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			3.857.329	3.659.081
	DISPONIBILIDADES		93.628	89.943
	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		862.246	999.053
		Aplicações no Mercado Aberto	519.985	584.993
		Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	342.261	414.060
	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		1.209.380	1.123.186
		Carteira Própria	1.208.219	1.058.817
		Vinculados a Compromissos de Recompra	104	48.442
		Vinculados à Prestação de Garantias	858	237
		Vinculados ao Banco Central	199	15.690
	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		362.040	331.604
		Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.330	2.300
		Créditos Vinculados:	336.334	319.178
		- Depósitos no Banco Central	336.184	319.109
		- Convênios	150	69
		Correspondentes	18.376	10.126
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		808.446	683.135
		Operações de Crédito:	869.401	716.966
		- Setor Privado	869.401	716.966
		Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(60.955)	(33.831)
	OUTROS CRÉDITOS		518.454	426.046
		Rendas a Receber	12.116	10.405
		Diversos	546.439	449.048
		Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.580)	(1.217)
		Provisão para Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	(38.367)	(32.013)
		Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(154)	(177)
	OUTROS VALORES E BENS		3.135	6.114
		Outros Valores e Bens	1.395	1.403
		Despesas Antecipadas	1.740	4.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2.004.131	1.720.468
	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		21.403	24.422
		Carteira Própria	21.403	24.422
	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		29.106	27.935
		Créditos Vinculados:	29.106	27.935
		- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	29.106	27.935
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.611.927	1.383.126
		Operações de Crédito:	1.664.072	1.428.935
		- Setor Privado	1.664.072	1.428.935
		Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(52.145)	(45.809)
	OUTROS CRÉDITOS		298.021	250.815
		Diversos	298.021	250.815
	OUTROS VALORES E BENS		43.674	34.170
		Outros Valores e Bens	44.144	35.323
		Provisões para Desvalorizações	(2.713)	(2.758)
		Despesas Antecipadas	2.243	1.605
PERMANENTE			102.590	97.060
	INVESTIMENTOS		6	6
		Participação em Coligadas e Controladas	-	-
		Outros Investimentos	454	454
		Provisões para Perdas	(448)	(448)
	IMOBILIZADO DE USO		88.110	80.648
		Imóveis de Uso	73.440	71.946
		Outras Imobilizações de Uso	150.426	132.804
		Depreciações Acumuladas	(135.756)	(124.102)
	INTANGIVEL		14.474	16.406
		Ativos Intangíveis	68.554	65.045
		Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(54.080)	(48.639)
TOTAL			5.964.050	5.476.609

Balanço Patrimonial Consolidado – PASSIVOS (R$ mil)

	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	**4.245.344**	**3.887.856**
DEPÓSITOS	3.574.253	3.379.800
Depósitos à Vista	757.056	712.955
Depósitos de Poupança	1.472.015	1.384.752
Depósitos Interfinanceiros	126.718	162.486
Depósitos a Prazo	1.218.464	1.119.607
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	612	1.241
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	612	1.241
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	104	22.001
Carteira Própria	104	22.001
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	48.439	52.991
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	48.439	52.991
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	407	754
Recursos em Trânsito de Terceiros	407	754
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	20.333	22.248
BNDES	74	5.269
FINAME	1.033	2.507
Outras Instituições	19.226	14.472
OUTRAS OBRIGAÇÕES	601.196	408.821
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.698	2.054
Sociais e Estatutárias	9.194	609
Fiscais e Previdenciárias	16.495	20.638
Dívidas Subordinadas	-	70.299
Diversas	573.809	315.221
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.234.383**	**1.143.781**
DEPÓSITOS	886.567	821.873
Depósitos a Prazo	886.567	821.873
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	26.405
Carteira Própria	-	26.405
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	50.566	45.830
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	50.566	45.830
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	72.551	42.881
BNDES	270	342
FINAME	1.231	2.305
Outras Instituições	71.050	40.234
OUTRAS OBRIGAÇÕES	224.699	206.792
Dívidas Subordinadas	97.273	88.539
Diversas	127.426	118.253
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	11.055	11.632
Resultados de Exercícios Futuros	11.055	11.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**473.268**	**433.340**
Capital	348.000	348.000
- De Domiciliados no País	348.000	348.000
Reservas de Lucros	125.327	61.796
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	(3.856)
Participação de Não Controladores	39.411	27.400
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.964.050**	**5.476.609**

Demonstrativo do Valor Adicionado Consolidado (R$ mil)

	31.12.2019	31.12.2018
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita da intermediação financeira	690.830	633.660
Despesa da intermediação financeira	(313.810)	(287.556)
Outras receitas/despesas operacionais	49.764	70.272
Resultado não operacional	(387)	2.252
Receita da prestação de serviços	212.284	190.642
Matérias, energia, serviço de terceiros e outros	(197.178)	(170.663)
Valor Adicionado Bruto	**441.503**	**438.607**
Retenções	**(19.041)**	**(19.180)**
Amortização	(5.424)	(5.749)
Depreciação	(13.617)	(13.431)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**422.462**	**419.427**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**-**	**-**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	**422.462**	**419.427**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Governo	**97.158**	**128.870**
Despesas Tributárias	45.583	72.128
Imposto de renda e contribuição social	51.575	56.742
Empregados	**222.514**	**212.399**
Salários e honorários	127.397	121.688
Encargos sociais	47.845	45.038
Previdência privada	4.874	7.999
Benefícios e treinamentos	29.809	28.437
Participação nos resultados	12.589	9.237
Aluguéis	**4.709**	**4.410**
Taxas e Contribuições	**2.456**	**2.295**
Acionistas	**224**	**21.420**
Dividendos	224	-
Juros sobre o capital próprio	-	21.420
Participação não Controladores	**12.011**	**8.913**
(Prejuízo)/Lucro Retido	**83.390**	**41.120**
Valor Adicionado Distribuído	**422.462**	**419.427**

Fluxo de Caixa Consolidado (R$ mil)

	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado	**223.021**	**190.697**
Lucro Líquido	**83.614**	**62.540**
Ajuste ao Lucro Líquido	**139.407**	**128.157**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	74.875	49.896
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	486	448
Depreciações e Amortizações	19.334	19.425
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	(293)	(246)
Ajuste de Provisão Passivas	36.038	9.678
Outras Provisões Operacionais	10.821	10.608
Despesa com prêmio de fidelização	1.897	794
Outras Provisões Não Operacionais	379	588
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	259
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	21	238
Ativo Fiscal Diferido	(14.692)	19.053
Perda de Capital	2.761	3.634
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(21.299)	(8.979)
Atualização Monetária	(3.200)	(4.612)
Outras Receitas Não Operacionais	(724)	(918)
Resultado de Participação em Controladas	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	33.003	28.291
Variação de Ativos e Obrigações	**(345.715)**	**149.295**
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	(83.596)	10.089
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(83.196)	42.003
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	(33.069)	(704)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(461.990)	(141.782)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(6.525)	(8.734)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(102.460)	(50.656)
Aumento (Redução) em Depósitos	259.147	337.033
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(48.302)	(19.332)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	27.755	(13.294)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(35.614)	7.559
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(577)	(588)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	222.712	(12.299)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	**(122.694)**	**339.992**
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	1	303
Aquisição de Imobilizado de Uso	(21.366)	(17.305)
Baixa de Imobilizado de Uso	302	1.300
Aplicações no Intangível	(3.508)	(2.251)
CAIXA LÍQUDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(24.571)**	**(17.953)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação de Não Controladores	12.011	8.913
Dividendo Obrigatórios	(225)	-
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	-	(3.805)
Juros Sobre o Capital Próprio	(19.858)	(21.420)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	184	22.258
Dívidas Subordinadas	(61.565)	12.406
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(69.453)**	**18.352**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(216.718)**	**340.391**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	830.331	489.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	613.613	830.331

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	**3.478.142**	**3.487.781**	**3.857.329**	**3.659.081**
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	**93.261**	**89.852**	**93.628**	**89.943**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	**862.246**	**999.053**	**862.246**	**999.053**
Aplicações no Mercado Aberto	519.985	584.993	519.985	584.993
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	342.261	414.060	342.261	414.060
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	**1.059.190**	**1.113.093**	**1.209.380**	**1.123.186**
Carteira Própria	1.058.029	1.048.724	1.208.219	1.058.817
Vinculados a Compromissos de Recompra	104	48.442	104	48.442
Vinculados à Prestação de Garantias	858	237	858	237
Vinculados ao Banco Central	199	15.690	199	15.690
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	**354.867**	**331.604**	**362.040**	**331.604**
Pagamentos e Recebimentos a Liquida	157	2.300	7.330	2.300
Créditos Vinculados:	336.334	319.178	336.334	319.178
- Depósitos no Banco Central	336.184	319.109	336.184	319.109
- Convênios	150	69	150	69
Correspondentes	18.376	10.126	18.376	10.126
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	**808.446**	**683.135**	**808.446**	**683.135**
Operações de Crédito:	869.401	716.966	869.401	716.966
- Setor Privado	869.401	716.966	869.401	716.966
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(60.955)	(33.831)	(60.955)	(33.831)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	**297.742**	**265.674**	**546.484**	**426.046**
Rendas a Receber	1.829	5.691	12.116	10.405
Diversos	297.493	261.200	546.439	449.048
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.580)	(1.217)	(1.580)	(1.217)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(38.367)	(32.013)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(154)	(177)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	**2.390**	**5.370**	**3.135**	**6.114**
Outros Valores e Bens	1.072	1.148	1.395	1.403
Despesas Antecipadas	1.318	4.222	1.740	4.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.950.093**	**1.663.694**	**2.004.131**	**1.720.468**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	**21.403**	**24.422**	**21.403**	**24.422**
Carteira Própria	21.403	24.422	21.403	24.422
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	**29.106**	**27.935**	**29.106**	**27.935**
Créditos Vinculados:	29.106	27.935	29.106	27.935
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	29.106	27.935	29.106	27.935
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	**1.611.927**	**1.383.126**	**1.611.927**	**1.383.126**
Operações de Crédito:	1.664.072	1.428.935	1.664.072	1.428.935
- Setor Privado	1.664.072	1.428.935	1.664.072	1.428.935
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(52.145)	(45.809)	(52.145)	(45.809)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	**243.983**	**194.041**	**298.021**	**250.815**
Diversos	243.983	194.041	298.021	250.815
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	**43.674**	**34.170**	**43.674**	**34.170**
Outros Valores e Bens	44.144	35.323	44.144	35.323
Provisões para Desvalorizações	(2.713)	(2.758)	(2.713)	(2.758)
Despesas Antecipadas	2.243	1.605	2.243	1.605
PERMANENTE	**106.038**	**95.372**	**102.590**	**97.060**
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	**39.024**	**27.133**	**6**	**6**
Participação em Coligadas e Controladas	39.018	27.127	-	-
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	**54.295**	**53.215**	**88.110**	**80.648**
Imóveis de Uso	55.915	55.536	73.440	71.946
Outras Imobilizações de Uso	115.209	104.254	150.426	132.804
Depreciações Acumuladas	(116.829)	(106.575)	(135.756)	(124.102)
INTANGIVEL (NOTA 13)	**12.719**	**15.024**	**14.474**	**16.406**
Ativos Intangíveis	63.653	60.707	68.554	65.045
Amortização Acum. de Ativos Intangiveis	(50.934)	(45.683)	(54.080)	(48.639)
TOTAL	**5.534.273**	**5.246.847**	**5.964.050**	**5.476.609**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

PASSIVO	BANESE	MÚLTIPLO	BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
CIRCULANTE	**3.819.219**	**3.647.708**	**4.245.344**	**3.887.856**
DEPÓSITOS (NOTA 14)	**3.585.993**	**3.392.020**	**3.574.253**	**3.379.800**
Depósitos à Vista	769.990	726.174	757.056	712.955
Depósitos de Poupança	1.472.015	1.384.752	1.472.015	1.384.752
Depósitos Interfinanceiros	126.718	162.486	126.718	162.486
Depósitos a Prazo	1.217.270	1.118.608	1.218.464	1.119.607
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**142**	**1.241**	**612**	**1.241**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	142	1.241	612	1.241
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	**104**	**22.001**	**104**	**22.001**
Carteira Própria	104	22.001	104	22.001
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	**48.439**	**52.991**	**48.439**	**52.991**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	48.439	52.991	48.439	52.991
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**407**	**754**	**407**	**754**
Recursos em Trânsito de Terceiros	407	754	407	754
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	**20.333**	**22.248**	**20.333**	**22.248**
BNDES	74	5.269	74	5.269
FINAME	1.033	2.507	1.033	2.507
Outras Instituições	19.226	14.472	19.226	14.472
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	**163.801**	**156.453**	**601.196**	**408.821**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.337	1.770	1.697	2.054
Sociais e Estatutárias	9.194	609	9.194	609
Fiscais e Previdenciárias	13.581	16.415	16.495	20.638
Dívidas Subordinadas	-	70.299	-	70.299
Diversas	139.689	67.360	573.809	315.221
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.270.142**	**1.181.567**	**1.234.383**	**1.143.781**
DEPÓSITOS (NOTA 14)	**935.533**	**872.440**	**886.567**	**821.873**
Depósitos a Prazo	935.533	872.440	886.567	821.873
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	**-**	**26.405**	**-**	**26.405**
Carteira Própria	-	26.405	-	26.405
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	**50.566**	**45.830**	**50.566**	**45.830**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	50.566	45.830	50.566	45.830
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	**72.551**	**42.881**	**72.551**	**42.881**
BNDES	270	342	270	342
FINAME	1.231	2.305	1.231	2.305
Outras Instituições	71.050	40.234	71.050	40.234
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	**211.492**	**194.011**	**224.699**	**206.792**
Dívidas Subordinadas	97.273	88.539	97.273	88.539
Diversas	114.219	105.472	127.426	118.253
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (NOTA 17)	**11.055**	**11.632**	**11.055**	**11.632**
Resultados de Exercícios Futuros	11.055	11.632	11.055	11.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19)	**433.857**	**405.940**	**473.268**	**433.340**
Capital:	348.000	348.000	348.000	348.000
- De Domiciliados no País	348.000	348.000	348.000	348.000
Reservas de Lucros	125.327	61.796	125.327	61.796
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	(3.856)	(39.470)	(3.856)
Participação de Não Controladores (NOTA 18)	-	-	39.411	27.400
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.534.273**	**5.246.847**	**5.964.050**	**5.476.609**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2019		2018	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**346.339**	**681.886**	**638.890**	**353.882**	**690.830**	**633.660**
Operações de Crédito (NOTA 8 h.)	282.006	542.894	499.934	279.604	538.497	494.699
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.)	57.755	125.419	124.510	67.700	138.760	124.515
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.)	6.578	13.573	14.446	6.578	13.573	14.446
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(153.855)**	**(284.053)**	**(262.639)**	**(172.916)**	**(313.810)**	**(287.556)**
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d)	(97.594)	(204.802)	(207.791)	(96.086)	(201.556)	(204.417)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d)	(2.289)	(4.376)	(4.952)	(2.289)	(4.376)	(4.952)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (NOTA 8 f)	(53.972)	(74.875)	(49.896)	(53.972)	(74.875)	(49.896)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (NOTA 8 f)	-	-	-	(20.569)	(33.003)	(28.291)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**192.484**	**397.833**	**376.251**	**180.966**	**377.020**	**346.104**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(144.047)**	**(280.880)**	**(251.775)**	**(121.025)**	**(231.536)**	**(191.871)**
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 20 a)	30.167	56.303	60.820	72.020	133.977	120.252
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 20 b)	39.782	78.307	70.390	39.782	78.307	70.390
Despesas de Pessoal (NOTA 20 c)	(92.478)	(179.254)	(174.648)	(108.006)	(209.925)	(203.162)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 20 d)	(90.316)	(174.258)	(155.329)	(116.677)	(223.384)	(196.548)
Despesas Tributárias (NOTA 20 e)	(20.195)	(40.111)	(36.195)	(30.688)	(60.275)	(53.075)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11)	4.995	11.891	4.154	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (NOTA 20 f)	23.693	29.636	14.599	67.517	120.917	113.488
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(39.695)	(63.394)	(35.566)	(44.973)	(71.153)	(43.216)
RESULTADO OPERACIONAL	**48.437**	**116.953**	**124.476**	**59.941**	**145.484**	**154.233**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21)	**(1.265)**	**(421)**	**2.536**	**(1.010)**	**(387)**	**2.252**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**47.172**	**116.532**	**127.012**	**58.931**	**145.097**	**156.485**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.470**	**(20.329)**	**(55.235)**	**(5.243)**	**(36.883)**	**(75.795)**
Provisão para Imposto de Renda (NOTA 23)	(11.512)	(23.461)	(25.770)	(16.043)	(31.443)	(30.774)
Provisão para Contribuição Social (NOTA 23)	(7.512)	(15.067)	(21.765)	(10.414)	(20.132)	(25.968)
Ativo Fiscal Diferido	20.494	18.199	(7.700)	21.214	14.692	(19.053)
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	**(6.388)**	**(12.589)**	**(9.237)**	**(6.388)**	**(12.589)**	**(9.237)**
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	**42.254**	**83.614**	**62.540**	**47.300**	**95.625**	**71.453**
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18)	**-**	**-**	**-**	**(5.046)**	**(12.011)**	**(8.913)**
LUCRO LÍQUIDO	**42.254**	**83.614**	**62.540**	**42.254**	**83.614**	**62.540**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**-**	**-**	**(21.420)**	**-**	**-**	**(21.420)**
Número de Ações em Circulação	15.285.090	15.285.090	15.285.090			
Lucro líquido por Ação do Capital Social (em R$)	2,76	5,47	4,09			

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2019		2018	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido Ajustado	**93.879**	**170.507**	**145.269**	**121.868**	**223.021**	**190.697**
Lucro Líquido	**42.254**	**83.614**	**62.540**	**42.254**	**83.614**	**62.540**
Ajuste ao Lucro Líquido	**51.625**	**86.893**	**82.729**	**79.614**	**139.407**	**128.157**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	53.972	74.875	49.896	53.972	74.875	49.896
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	247	486	448	247	486	448
Depreciações e Amortizações	8.565	16.004	16.732	10.337	19.334	19.425
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	-	(152)	(293)	(246)
Ajuste de Provisões Passivas	24.809	33.223	7.411	27.304	36.038	9.678
Outras Provisões Operacionais	4.840	10.266	10.431	5.099	10.821	10.608
Despesa com prêmio de fidelização	911	1.335	475	1.217	1.897	794
Outras Provisões Não Operacionais	18	379	588	18	379	588
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	-	259	-	-	259
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	43	21	238	43	21	238
Ativo Fiscal Diferido	(20.494)	(18.199)	7.700	(21.214)	(14.692)	19.053
Perda de Capital	794	1.147	1.054	1.613	2.761	3.634
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(17.078)	(19.184)	(5.547)	(17.931)	(21.299)	(8.979)
Atualização Monetária	(1.569)	(1.569)	(19)	(3.200)	(3.200)	(4.612)
Outras Receitas Não Operacionais	1.562	-	(2.783)	1.692	(724)	(918)
Resultado de Participação em controladas	(4.995)	(11.891)	(4.154)	-	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	-	20.569	33.003	28.291
Variação de Ativos e Obrigações	**(316.563)**	**(291.260)**	**218.692**	**(343.737)**	**(345.715)**	**149.295**
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	29.528	(83.596)	10.089	29.528	(83.596)	10.089
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	66.051	56.901	52.097	(32.104)	(83.196)	42.003
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	(70.070)	(26.366)	(704)	(72.386)	(33.069)	(704)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(323.427)	(428.987)	(113.491)	(343.996)	(461.990)	(141.782)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(7.725)	(6.524)	(8.771)	(7.895)	(6.525)	(8.734)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(13.468)	(44.205)	(3.659)	(49.299)	(102.460)	(50.656)
Aumento (Redução) em Depósitos	90.949	257.066	338.634	86.558	259.147	337.033
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(46.458)	(48.302)	(19.332)	(46.458)	(48.302)	(19.332)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	23.965	27.755	(13.294)	23.965	27.755	(13.294)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	35.735	(35.614)	7.559	35.735	(35.614)	7.559
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(209)	(577)	(588)	(209)	(577)	(588)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(101.434)	41.189	(29.848)	32.824	222.712	(12.299)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	**(222.684)**	**(120.753)**	**363.961**	**(221.869)**	**(122.694)**	**339.992**
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	-	1	303	-	1	303
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.515)	(12.021)	(10.338)	(5.136)	(21.366)	(17.305)
Baixa de Imobilizado de Uso	134	189	421	(3.376)	302	1.300
Aplicações no Intangível	(619)	(2.946)	(1.484)	(983)	(3.508)	(2.251)
Aporte de Capital em Controlada	-	-	(22.000)	-	-	-
CAIXA LÍQUDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(4.000)**	**(14.777)**	**(33.098)**	**(9.495)**	**(24.571)**	**(17.953)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Participação de não controladores	-	-	-	5.046	12.011	8.913
Dividendo Obrigatórios	(225)	(225)	-	(225)	(225)	-
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	-	-	(3.805)	-	-	(3.805)
Juros Sobre o Capital Próprio	(8.458)	(19.858)	(21.420)	(8.458)	(19.858)	(21.420)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	1.546	184	22.258	1.546	184	22.258
Dívidas Subordinadas	3.865	(61.565)	12.406	3.865	(61.565)	12.406
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(3.272)**	**(81.464)**	**9.439**	**1.774**	**(69.453)**	**18.352**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(229.956)**	**(216.994)**	**340.302**	**(229.590)**	**(216.718)**	**340.391**
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do período	843.202	830.240	489.938	843.203	830.331	489.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	613.246	613.246	830.240	613.613	613.613	830.331

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2019		2018	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita da intermediação financeira	346.339	681.886	638.890	353.882	690.830	633.660
Despesa da intermediação financeira	(153.855)	(284.053)	(262.639)	(172.916)	(313.810)	(287.556)
Outras receitas/despesas operacionais	(16.002)	(33.758)	(20.967)	22.544	49.764	70.272
Resultado não operacional	(1.265)	(421)	2.536	(1.010)	(387)	2.252
Receita da prestação de serviços	69.949	134.610	131.210	111.802	212.284	190.642
Materias, energia, serviço de terceiros e outros	(79.549)	(154.069)	(134.067)	(102.968)	(197.178)	(170.663)
Valor Adicionado Bruto	**165.617**	**344.195**	**354.963**	**211.334**	**441.503**	**438.607**
Retenções	**(8.565)**	**(16.004)**	**(16.732)**	**(10.185)**	**(19.041)**	**(19.180)**
Amortização	(2.707)	(5.251)	(5.712)	(2.803)	(5.424)	(5.749)
Depreciação	(5.858)	(10.753)	(11.020)	(7.382)	(13.617)	(13.431)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**157.052**	**328.191**	**338.231**	**201.149**	**422.462**	**419.427**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.995**	**11.891**	**4.154**	**-**	**-**	**-**
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.995	11.891	4.154	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	**162.047**	**340.082**	**342.385**	**201.149**	**422.462**	**419.427**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Governo	**18.725**	**60.440**	**91.430**	**35.931**	**97.158**	**128.870**
Despesas Tributárias	(299)	21.912	43.895	9.474	45.583	72.128
Imposto de renda e contribuição social	19.024	38.528	47.535	26.457	51.575	56.742
Empregados	**98.866**	**191.843**	**183.885**	**114.394**	**222.514**	**212.399**
Salários e honorários	56.083	108.787	104.145	65.542	127.397	121.688
Encargos sociais	21.184	41.586	39.344	24.354	47.845	45.038
Previdência privada	2.701	4.874	7.998	2.701	4.874	7.999
Benefícios e treinamentos	12.510	24.007	23.161	15.409	29.809	28.437
Participação nos resultados	6.388	12.589	9.237	6.388	12.589	9.237
Aluguéis	**2.202**	**4.185**	**4.030**	**2.498**	**4.709**	**4.410**
Taxas e Contribuições	**-**	**-**	**500**	**1.026**	**2.456**	**2.295**
Acionistas	**224**	**224**	**21.420**	**7.882**	**224**	**21.420**
Dividendos	224	224	-	7.882	224	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	21.420	-	-	21.420
Participação não Controladores	**-**	**-**	**-**	**5.046**	**12.011**	**8.913**
(Prejuízo)/Lucro Retido	**42.030**	**83.390**	**41.120**	**42.030**	**83.390**	**41.120**
Valor Adicionado Distribuído	**162.047**	**340.082**	**342.385**	**208.807**	**422.462**	**419.427**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS			JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
	CAPITAL INTEGRALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	OUTRAS						
SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADO	**232.000**	**-**	**28.430**	**116.255**	**3.805**	**-**	**(11.415)**	**(8.009)**	**361.066**	**18.487**	**379.553**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	62.540	**62.540**	**-**	**62.540**
- Aumento de Capital	-	116.000	-	(116.000)	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**
- Aumento de Capital Homologado	116.000	(116.000)	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	-	7.559	-	**7.559**	**-**	**7.559**
- Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**8.913**	**8.913**
DESTINAÇÕES:											
- Reservas Legal	-	-	3.127	-	-	-	-	(3.127)	**-**	**-**	**-**
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	21.458	-	-	-	(21.458)	**-**	**-**	**-**
- Reservas para Equalização de Dividendos	-	-	-	8.526	-	-	-	(8.526)	**-**	**-**	**-**
- Dividendos Adicionais Propostos de R$ 0,25 por ação	-	-	-	-	(3.805)	-	-	-	**(3.805)**	**-**	**(3.805)**
- Juros sobre o Capital Próprio de R$ 1,40 por ação	-	-	-	-	-	-	-	(21.420)	**(21.420)**	**-**	**(21.420)**
SALDOS EM 31.12.2018	**348.000**	**-**	**31.557**	**30.239**	**-**	**-**	**(3.856)**	**-**	**405.940**	**27.400**	**433.340**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	83.614	**83.614**	**-**	**83.614**
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**12.011**	**12.011**
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	-	(35.614)	-	**(35.614)**	**-**	**(35.614)**
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(19.858)	**(19.858)**	**-**	**(19.858)**
DESTINAÇÕES:											
- Reservas Legal	-	-	4.180	-	-	-	-	(4.180)	**-**	**-**	**-**
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	56.609	-	-	-	(56.609)	**-**	**-**	**-**
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	2.742	-	-	(2.742)	**-**	**-**	**-**
- Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(225)	**(225)**	**-**	**(225)**
SALDOS EM 31.12.2019	**348.000**	**-**	**35.737**	**86.848**	**2.742**	**-**	**(39.470)**	**-**	**433.857**	**39.411**	**473.268**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**4.180**	**56.609**	**2.742**	**-**	**(35.614)**	**-**	**27.917**	**12.011**	**39.928**
SALDOS EM 30.06.2019	**348.000**	**-**	**33.625**	**30.239**	**-**	**(11.400)**	**(75.205)**	**39.292**	**364.551**	**34.365**	**398.916**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	42.254	42.254	-	42.254
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**5.046**	**5.046**
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	-	35.735	-	**35.735**	**-**	**35.735**
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	11.400	-	(19.858)	**(8.458)**	**-**	**(8.458)**
DESTINAÇÕES:											
- Reservas Legal	-	-	2.112	-	-	-	-	(2.112)	-	-	-
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	56.609	-	-	-	(56.609)	**-**	-	-
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	2.742	-	-	(2.742)	**-**	-	-
- Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(225)	**(225)**	-	**(225)**
SALDOS EM 31.12.2019	**348.000**	**-**	**35.737**	**86.848**	**2.742**	**-**	**(39.470)**	**-**	**433.857**	**39.411**	**473.268**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.720/2019;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações contábeis do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

» Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
» Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
» Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese aprovaram a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 18 de fevereiro de 2020 e 19 de fevereiro de 2020, respectivamente, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Para melhor entendimento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Banese	SEAC	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado (Nota 3t)
Ativo circulante	**3.478.142**	**493.606**	**(114.419)**	**3.857.329**	**3.659.081**
Disponibilidades	93.261	13.300	(12.933)	93.628	89.943
Aplicações interfinanceiras de liquidez	862.246	-	-	862.246	999.053
Títulos e valores mobiliários	1.059.190	199.156	(48.966)	1.209.380	1.123.186
Relações interfinanceiras	354.867	7.173	-	362.040	331.604
Operações de crédito	869.401	-	-	869.401	716.966
Provisão para perdas de operações de crédito	(60.955)	-	-	(60.955)	(33.831)
Outros créditos	297.742	273.232	(52.520)	518.454	426.046
Outros valores e bens	2.390	745	-	3.135	6.114
Realizável a longo prazo	**1.950.093**	**54.038**	**-**	**2.004.131**	**1.720.468**
Títulos e valores mobiliários	21.403	-	-	21.403	24.422
Relações interfinanceiras	29.106	-	-	29.106	27.935
Operações de crédito	1.664.072	-	-	1.664.072	1.428.935
Provisão para perdas de operações de crédito	(52.145)	-	-	(52.145)	(45.809)
Outros créditos	243.983	54.038	-	298.021	250.815
Outros valores e bens	43.674	-	-	43.674	34.170
Ativo permanente	**106.038**	**35.570**	**(39.018)**	**102.590**	**97.060**
Total do ativo	**5.534.273**	**583.214**	**(153.437)**	**5.964.050**	**5.476.609**
Passivo Circulante	**3.819.219**	**491.578**	**(65.453)**	**4.245.344**	**3.887.856**
Depósitos	3.585.993	1.193	(12.933)	3.574.253	3.379.800
Relações interfinanceiras	142	48.303	(47.833)	612	1.241
Captações no mercado aberto	104	-	-	104	22.001
Recursos de aceites e emissão de títulos	48.439	-	-	48.439	52.991
Relações interdependências	407	-	-	407	754
Obrigações por empréstimos e repasses	20.333	-	-	20.333	22.248
Outras obrigações	163.801	442.082	(4.687)	601.196	408.821
Exigível a longo prazo	**1.270.142**	**13.207**	**(48.966)**	**1.234.383**	**1.143.781**
Depósitos	935.533	-	(48.966)	886.567	821.873
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	26.405
Recursos de aceites e emissão de títulos	50.566	-	-	50.566	45.830
Obrigações por empréstimos e repasses	72.551	-	-	72.551	42.881
Outras obrigações	211.492	13.207	-	224.699	206.792
Resultado de exercícios futuros	**11.055**	**-**	**-**	**11.055**	**11.632**
Patrimônio líquido	**433.857**	**78.429**	**(39.018)**	**473.268**	**433.340**
Capital Social	348.000	54.527	(54.527)	348.000	348.000
Reserva de Lucro	125.327	-	-	125.327	61.796
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(39.470)	-	-	(39.470)	(3.856)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	23.902	(23.902)	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	39.411	39.411	27.400
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.534.273**	**583.214**	**(153.437)**	**5.964.050**	**5.476.609**

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Banese	SEAC	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2018
Receitas de intermediação financeira	681.886	16.587	(7.643)	690.830	633.660
Despesas de intermediação financeira	(284.053)	(33.003)	3.246	(313.810)	(287.556)
Resultado bruto da intermediação financeira	**397.833**	**(16.416)**	**(4.397)**	**377.020**	**346.104**
Outras receitas/despesas operacionais	(280.880)	56.838	(7.494)	(231.536)	(191.871)
Resultado operacional	**116.953**	**40.422**	**(11.891)**	**145.484**	**154.233**
Resultado não operacional	(421)	34	-	(387)	2.252
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	**116.532**	**40.456**	**(11.891)**	**145.097**	**156.485**
Imposto de renda e contribuição social	(20.329)	(16.554)	-	(36.883)	(75.795)
Participações estatutárias no lucro	(12.589)	-	-	(12.589)	(9.237)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	**83.614**	**23.902**	**(11.891)**	**95.625**	**71.453**
Participação de não controladores	-	-	(12.011)	(12.011)	(8.913)
Lucro líquido	**83.614**	**23.902**	**(23.902)**	**83.614**	**62.540**
Juros sobre o capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**(21.420)**

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN n°4.720/2019), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

» **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;

» **Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;

» **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, exceto nos fundos exclusivos que possuem em sua carteira opções de futuro (dólar, IDI e DI) e opções de ações.

g. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.
Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

h. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

» A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;

» As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;

» As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;

» Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);

» Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R$ 50, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

i. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no período. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 15%. Até dezembro de 2018, a alíquota era de 20% de acordo com a MP 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015.

A Emenda Constitucional nº 103/2019, artigo 32, aumentou a alíquota da CSLL para os bancos, com vigência a partir de 01.03.2020 de 15% para 20%. Os efeitos do crédito tributário sobre adições temporárias foram reconhecidos em dezembro/2019 com impacto positivo no resultado na ordem de R$ 10.320.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

k. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

» Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

» Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10 a 20%

Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

o. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

q. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

r. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários: (a) de Benefício Definido - Benefício Sergus Saldado (PBSS), aprovado pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar em novembro/2018, para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Conforme o regulamento do plano, os benefícios contemplados são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) de Contribuição Definida (CD), onde cada participante tem valor do benefício programado e constantemente atualizado de acordo com o saldo da sua conta.

O Banese possui planos de benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica, assistência odontológica e de participação nos lucros.

s. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

t. Reapresentação de saldos comparativos

O Balanço Patrimonial do Banese, de 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, foi ajustado e está sendo reapresentado em razão da correção da classificação contábil de tributos com exigibilidade suspensa, indevidamente registrados no Passivo Circulante – Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias para o Exigível a Longo Prazo – Diversas – Provisão Para Contingências.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial - Banese Múltiplo

	31.12.2018 Original	31.12.2018 Ajuste	31.12.2018 Reapresentado
Passivo Circulante	**3.708.063**	**(60.355)**	**3.647.708**
Outras Obrigações	**216.808**	**(60.355)**	**156.453**
Fiscais e Previdenciárias	76.770	(60.355)	16.415
Exigível a Longo Prazo	**1.121.212**	**60.355**	**1.181.567**
Outras Obrigações	**133.656**	**60.355**	**194.011**
Diversas	45.117	60.355	105.472

Balanço Patrimonial – Banese Consolidado

	31.12.2018 Original	31.12.2018 Ajuste	31.12.2018 Reapresentado
Passivo Circulante	**3.948.211**	**(60.355)**	**3.887.856**
Outras Obrigações	**469.176**	**(60.355)**	**408.821**
Fiscais e Previdenciárias	80.993	(60.355)	20.638
Exigível a Longo Prazo	**1.083.426**	**60.355**	**1.143.781**
Outras Obrigações	**146.437**	**60.355**	**206.792**
Diversas	57.898	60.355	118.253

A reclassificação dos saldos não apresenta impacto na demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	**93.261**	**89.852**	**93.628**	**89.943**
Disponibilidade em moeda nacional	93.261	89.852	93.293	89.943
Disponibilidade em moeda estrangeira	-	-	335	-
Equivalente de caixa (1)	**519.985**	**740.388**	**519.985**	**740.388**
Aplicações no mercado aberto **(Nota 5)**	519.985	584.993	519.985	584.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	155.395	-	155.395
Total	**613.246**	**830.240**	**613.613**	**830.331**

(1) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no Mercado Aberto	**519.985**	**584.993**
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	359.985	154.994
Letras do Tesouro Nacional – LTN	160.000	164.560
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	265.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**342.261**	**414.060**
Depósitos Interfinanceiros – Pós	263.595	321.482
Depósitos Interfinanceiros – Pré Rural	78.666	92.578
Total	**862.246**	**999.053**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2019	TOTAL 31.12.2018
Para negociação	**45.586**	**5.311**	**335.038**	**-**	**568.646**	**104.609**	**1.059.190**	**1.083.525**
Letras Financeiras do Tesouro	-	199	335.038	-	568.646	104.609	**1.008.492**	**942.782**
Certificado de Depósito Bancário (**1**)	-	5.112	-	-	-	-	**5.112**	**38.851**
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	-	**4**	**44.634**
Fundos exclusivos multimercado (**NOTA a.3**)	45.574	-	-	-	-	-	**45.574**	**10.059**
Fundos abertos de renda fixa	8	-	-	-	-	-	**8**	**47.199**
Mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.403**	**21.403**	**53.990**
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	-	-	-	-	**-**	**29.568**
CVS - Títulos do FCVS (**2**)	-	-	-	-	-	21.403	**21.403**	**24.422**
Total de TVM	**45.586**	**5.311**	**335.038**	**-**	**568.646**	**126.012**	**1.080.593**	**1.137.515**
Ativo circulante							1.059.190	1.113.093
Ativo realizável a longo prazo							21.403	24.422

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2019	TOTAL 31.12.2018
Para negociação	**195.776**	**5.311**	**335.038**	**-**	**568.646**	**104.609**	**1.209.380**	**1.093.618**
Letras Financeiras do Tesouro	-	199	335.038	-	568.646	104.609	**1.008.492**	**942.782**
Certificado de Depósito Bancário (**1**)	-	5.112	-	-	-	-	**5.112**	**38.851**
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	-	**4**	**54.727**
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	45.574	-	-	-	-	-	**45.574**	**10.059**
Fundos exclusivos de direito creditório (**NOTA a.3**)	150.190	-	-	-	-	-	**150.190**	**-**
Fundos abertos de renda fixa	8	-	-	-	-	-	**8**	**47.199**
Mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.403**	**21.403**	**53.990**
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	-	-	-	-	**-**	**29.568**
CVS - Títulos do FCVS (**2**)	-	-	-	-	-	21.403	**21.403**	**24.422**
Total de TVM	**195.776**	**5.311**	**335.038**	**-**	**568.646**	**126.012**	**1.230.783**	**1.147.608**
Ativo circulante							1.209.380	1.123.186
Ativo realizável a longo prazo							21.403	24.422

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banese Múltiplo

	31.12.2019				31.12.2018			
	Custo Atualizado	**Valor de Mercado**	**Ajuste a valor de Mercado**	**Valor contábil**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a valor de Mercado**	**Valor contábil**
Títulos para negociação	**1.058.903**	**1.059.190**	**287**	**1.059.190**	**1.083.244**	**1.083.525**	**281**	**1.083.525**
Letras Financeiras do Tesouro	1.008.100	1.008.387	287	1.008.387	894.057	894.340	283	894.340
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra **(1)**	105	105	-	105	48.444	48.442	(2)	48.442
Certificado de Depósito Bancário	5.112	5.112	-	5.112	38.851	38.851	-	38.851
Fundos abertos multimercado	4	4	-	4	44.634	44.634	-	44.634
Fundos exclusivos multimercado **(NOTA a.3)**	45.574	45.574	-	45.574	10.059	10.059	-	10.059
Fundos de renda fixa	8	8	-	8	47.199	47.199	-	47.199
Títulos mantidos até o vencimento	**21.403**	**21.488**	**85**	**21.403**	**53.990**	**52.738**	**(1.252)**	**53.990**
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	-	-	-	-	29.568	29.568	-	29.568
CVS - Títulos do FCVS **(2)**	21.403	21.488	85	21.403	24.422	23.170	(1.252)	24.422
Total	**1.080.306**	**1.080.678**	**372**	**1.080.593**	**1.137.234**	**1.136.263**	**(971)**	**1.137.515**

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Banese Consolidado

	31.12.2019				31.12.2018			
	Custo Atualizado	**Valor de Mercado**	**Ajuste a valor de Mercado**	**Valor contábil**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a valor de Mercado**	**Valor contábil**
Títulos para negociação	**1.209.093**	**1.209.380**	**287**	**1.209.380**	**1.093.337**	**1.093.618**	**281**	**1.093.618**
Letras Financeiras do Tesouro	1.008.100	1.008.387	287	1.008.387	894.057	894.340	283	894.340
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra **(1)**	105	105	-	105	48.444	48.442	(2)	48.442
Certificado de Depósito Bancário	5.112	5.112	-	5.112	38.851	38.851	-	38.851
Fundos abertos multimercado	4	4	-	4	54.727	54.727	-	54.727
Fundos exclusivos multimercado **(NOTA a.3)**	45.574	45.574	-	45.574	10.059	10.059	-	10.059
Fundo exclusivo de direito creditório **(NOTA a.3)**	150.190	150.190	-	150.190	-	-	-	-
Fundos de renda fixa	8	8	-	8	47.199	47.199	-	47.199
Títulos mantidos até o vencimento	**21.403**	**21.488**	**85**	**21.403**	**53.990**	**52.738**	**(1.252)**	**53.990**
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	-	-	-	-	29.568	29.568	-	29.568
CVS - Títulos do FCVS (**2**)	21.403	21.488	85	21.403	24.422	23.170	(1.252)	24.422
Total	**1.230.496**	**1.230.868**	**372**	**1.230.783**	**1.147.327**	**1.146.356**	**(971)**	**1.147.608**

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

a.3 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 Anos	TOTAL 31.12.2019	TOTAL 31.12.2018
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**42.024**	**837**	**-**	**42.861**	**40.771**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	42.024	837	-	42.861	35.615
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	5.156
Títulos privados	**2.748**	**-**	**-**	**131**	**-**	**-**	**2.879**	**4.308**
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	-	131	131
Cota de fundo de renda fixa	2.748	-	-	-	-	-	2.748	4.177
Caixa	**5**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**	**11**
Outras Obrigações	**(8)**	**(19)**	**-**	**(136)**	**-**	**(8)**	**(171)**	**(456)**
Valores a pagar/receber	(8)	(19)	-	(5)	-	(8)	(40)	(50)
Provisões	-	-	-	(131)	-	-	(131)	(406)
Total	**2.745**	**(19)**	**-**	**42.019**	**837**	**(8)**	**45.574**	**44.634**

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	5 a 15 anos	Acima de 15 Anos	TOTAL 31.12.2019	TOTAL 31.12.2018
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**42.024**	**3.996**	**-**	**46.020**	**41.777**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	42.024	3.996	-	46.020	36.621
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	5.156
Títulos privados	**13.818**	**95.761**	**36.622**	**137**	**-**	**-**	**146.338**	**12.289**
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	-	131	131
Cota de Fundo de Renda Fixa	2.748	-	-	-	-	-	2.748	-
Cota de fundo de investimento	11.070	-	-	-	-	-	11.070	9.120
Direitos Creditórios a receber	-	95.761	36.622	6	-	-	132.389	3.038
Caixa	**3.839**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.839**	**1.275**
Outras Obrigações	**(8)**	**(281)**	**-**	**(136)**	**-**	**(8)**	**(433)**	**(614)**
Valores a pagar/receber	(8)	(281)	-	(5)	-	(8)	(302)	(208)
Provisões	-	-	-	(131)	-	-	(131)	(406)
Total	**17.649**	**95.480**	**36.622**	**42.025**	**3.996**	**(8)**	**195.764**	**54.727**

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Rendas de aplicações em operações compromissadas	41.617	35.120	41.617	35.120
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	20.190	18.231	20.190	18.231
Rendas de títulos de renda fixa	60.233	67.795	60.233	67.795
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	7.303	3.728	20.644	3.733
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	(3.903)	(126)	(3.903)	(126)
Ajuste positivo ao valor de mercado	120	163	120	163
Ajuste negativo ao valor de mercado	(141)	(401)	(141)	(401)
Total	**125.419**	**124.510**	**138.760**	**124.515**

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Compulsório sobre depósitos à vista **(1)**	42.249	38.235	42.249	38.235
Compulsório sobre depósitos de poupança **(2)**	290.929	274.991	290.929	274.991
Créditos junto ao FCVS **(3)**	44.575	42.918	44.575	42.918
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS **(3)**	(15.469)	(14.982)	(15.469)	(14.982)
BACEN - outros depósitos	3.006	5.882	3.006	5.882
Bancos oficiais	150	69	150	69
Direitos junto participação sistema de liquidação	157	2.300	7.330	2.300
Relações com Correspondentes	18.376	10.126	18.376	10.126
Total	**383.973**	**359.539**	**391.146**	**359.539**
Ativo circulante	354.867	331.604	362.040	331.604
Ativo realizável a longo prazo	29.106	27.935	29.106	27.935

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.975/2020 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço; O saldo corresponde a R$ 14.898 (R$ 14.194 – 31.12.2018) contratos validados pelo FCVS, R$ 28.416 (R$ 27.483 – 31.12.2018) contratos em processo de validação e R$ 1.261 (R$ 1.241 – 31.12.2018) contratos negados pelo FCVS. O Banco constituiu provisão de 100% para os contratos negados e 50% para os contratos em validação. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Atualização monetária e juros sobre créditos vinculados ao SFH	1.657	1.561
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	12.402	13.332
Valorização / Desvalorização de créditos vinculados	(486)	(447)
Total	**13.573**	**14.446**

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Adiantamentos a depositantes	255	245
Empréstimos	1.938.640	1.627.127
Títulos descontados	108	376
Financiamentos	92.248	62.845
Financiamentos rurais e agroindustriais	120.432	72.181
Financiamentos imobiliários	381.790	383.127
Subtotal de Operações de Crédito	**2.533.473**	**2.145.901**
Outros títulos com característica de concessão de crédito **(Nota 9)**	253.263	204.396
Total Geral	**2.786.736**	**2.350.297**
Ativo circulante	1.122.664	921.362
Ativo realizável a longo prazo	1.664.072	1.428.935

	Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Adiantamentos a depositantes	255	245
Empréstimos	1.938.640	1.627.127
Títulos descontados	108	376
Financiamentos	92.248	62.845
Financiamentos rurais e agroindustriais	120.432	72.181
Financiamentos imobiliários	381.790	383.127
Subtotal de Operações de Crédito	**2.533.473**	**2.145.901**
Outros títulos com característica de concessão de crédito **(Nota 9)**	253.263	204.396
Valores a receber por transações de pagamento **(Nota 9)**	230.875	167.557
Total Geral	**3.017.611**	**2.517.854**
Ativo circulante	1.353.539	1.088.919
Ativo realizável a longo prazo	1.664.072	1.428.935

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Banese Múltiplo – 31.12.2019

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	32.327	19.735	15.035	3.358	467	210	56	634	247	72.069
31 a 60 dias	30.289	328.520	19.157	4.551	690	326	157	690	253	384.633
61 a 90 dias	30.062	16.631	12.160	3.281	180	132	30	414	218	63.108
91 a 180 dias	106.785	51.394	49.033	13.716	1.052	431	138	1150	555	224.254
181 a 360 dias	131.388	65.316	55.477	14.976	855	881	184	2704	944	272.725
Acima de 360 dias	681.501	552.171	199.653	78.093	6.935	14.175	2.370	33.394	11.868	1.580.160
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	2.544	3.232	936	688	85	270	27	22	87	7.891
Subtotal Normal	**1.014.896**	**1.036.999**	**351.451**	**118.663**	**10.264**	**16.425**	**2.962**	**39.008**	**14.172**	**2.604.840**

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	2.137	915	368	203	387	453	432	4.895
31 a 60 dias	-	-	4.401	2.824	2.377	1.942	1.903	2.014	9.570	25.031
61 a 90 dias	-	-	1.383	653	321	179	367	362	394	3.659
91 a 180 dias	-	-	5.668	2.663	1.101	917	1.096	1.111	1.106	13.662
181 a 360 dias	-	-	6.973	13.971	1.528	1.312	1.126	1.831	1.844	28.585
Acima de 360 dias	-	-	38.549	12.571	5.690	5.983	5.156	8.342	6.590	82.881
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	279	322	244	126	337	69	232	1.609
15 a 30 dias	-	-	2.340	863	285	178	135	456	352	4.609
31 a 60 dias	-	-	352	1.529	721	306	489	543	615	4.555
61 a 90 dias	-	-	-	110	501	244	455	543	659	2.512
91 a 180 dias	-	-	-	33	79	352	984	1.578	2.619	5.645
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	11	47	48	3.986	4.092
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	161	161
Subtotal Anormal	**-**	**-**	**62.082**	**36.454**	**13.215**	**11.753**	**12.482**	**17.350**	**28.560**	**181.896**
Total – 31.12.2019	**1.014.896**	**1.036.999**	**413.533**	**155.117**	**23.479**	**28.178**	**15.444**	**56.358**	**42.732**	**2.786.736**
Total – 31.12.2018	**413.954**	**1.003.124**	**569.031**	**230.136**	**51.360**	**20.718**	**5.746**	**24.016**	**32.212**	**2.350.297**

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

Banese Consolidado – 31.12.2019

Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**TOTAL**
01 a 30 dias	32.327	166.742	22.553	3.907	467	210	60	635	249	227.150
31 a 60 dias	30.289	328.520	19.157	5.380	690	326	157	690	253	385.462
61 a 90 dias	30.062	16.631	12.160	3.281	180	132	30	414	218	63.108
91 a 180 dias	106.785	51.394	49.033	13.716	1.052	431	138	1.150	555	224.254
181 a 360 dias	131.388	65.316	55.477	9.911	855	881	184	2.704	944	267.660
Acima de 360 dias	681.501	552.171	199.653	78.093	6.935	14.175	2.370	33.394	11.868	1.580.160
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	2.544	30.066	5.735	2.389	85	270	27	22	1.044	42.182
Subtotal Normal	**1.014.896**	**1.210.840**	**363.768**	**116.677**	**10.264**	**16.425**	**2.966**	**39.009**	**15.131**	**2.789.976**
Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vincendas	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**TOTAL**
01 a 30 dias	-	-	3.964	925	370	204	387	453	432	6.735
31 a 60 dias	-	-	4.401	4.092	2.378	1.943	1.903	2.014	9.570	26.301
61 a 90 dias	-	-	1.383	653	321	179	367	362	394	3.659
91 a 180 dias	-	-	5.668	2.663	1.101	917	1.096	1.111	1.106	13.662
181 a 360 dias	-	-	6.973	13.971	1.528	1.312	1.126	1.831	3.393	30.134
Acima de 360 dias	-	-	38.549	12.571	5.690	5.983	5.156	8.342	6.590	82.881
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	279	322	244	126	337	69	232	1.609
15 a 30 dias	-	-	4.563	1.212	343	178	135	456	1.152	8.039
31 a 60 dias	-	-	352	4.362	1.094	306	489	543	1.914	9.060
61 a 90 dias	-	-	-	110	3.269	338	504	553	1.778	6.552
91 a 180 dias	-	-	-	33	79	3.199	3.684	4.589	5.764	17.348
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	11	47	48	21.388	21.494
Acima de 360 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**161**	**161**
Subtotal Anormal	**-**	**-**	**66.132**	**40.914**	**16.417**	**14.696**	**15.231**	**20.371**	**53.874**	**227.635**
Total – 31.12.2019	**1.014.896**	**1.210.840**	**429.900**	**157.591**	**26.681**	**31.121**	**18.197**	**59.380**	**69.005**	**3.017.611**
Total – 31.12.2018	**413.954**	**1.124.873**	**576.685**	**235.699**	**56.721**	**23.715**	**6.766**	**24.979**	**54.462**	**2.517.854**

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 31.12.2019

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	1.014.896	1.014.896	-	-	-	-	-
A	1.036.999	362.640	10.332	70.450	346.923	246.654	5.185
B	413.533	333.522	35.478	22.808	16.440	5.285	4.135
C	155.117	116.022	16.187	7.268	15.062	578	4.654
D	23.479	20.368	-	1.026	1.796	289	2.348
E	28.178	26.101	17	1.752	120	188	8.453
F	15.444	14.817	-	386	130	111	7.722
G	56.358	15.539	29.604	10.894	248	73	39.451
H	42.732	35.098	630	5.848	1.071	85	42.732
Total	**2.786.736**	**1.939.003**	**92.248**	**120.432**	**381.790**	**253.263**	**114.680**

Banese Múltiplo 31.12.2018

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	**2.350.297**	**1.627.748**	**62.845**	**72.181**	**383.127**	**204.396**	**80.857**

Banese Consolidado – 31.12.2019

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	1.014.896	1.014.896	-	-	-	-	-
A	1.210.840	362.640	10.332	70.450	346.923	420.495	6.172
B	429.900	333.522	35.478	22.808	16.440	21.652	4.374
C	157.591	116.022	16.187	7.268	15.062	3.052	4.880
D	26.681	20.368	-	1.026	1.796	3.491	2.984
E	31.121	26.101	17	1.752	120	3.131	10.039
F	18.197	14.817	-	386	130	2.864	9.896
G	59.380	15.539	29.604	10.894	248	3.095	42.579
H	69.005	35.098	630	5.848	1.071	26.358	72.123
Total	**3.017.611**	**1.939.003**	**92.248**	**120.432**	**381.790**	**484.138**	**153.047**

Banese Consolidado – 31.12.2018

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	**2.517.854**	**1.627.748**	**62.845**	**72.181**	**383.127**	**371.953**	**112.870**

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

	Banese Múltiplo			
	31.12.2019		31.12.2018	
Descrição	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Pessoas físicas	2.190.772	78,61	1.848.114	78,63
Pessoas jurídicas	201.347	7,23	175.534	7,47
Indústria	67.440	2,42	64.919	2,76
Comércio	133.907	4,81	110.615	4,71
Rural	120.432	4,32	72.181	3,07
Habitação	77.431	2,78	71.677	3,05
Outros serviços	196.754	7,06	182.791	7,78
Total	**2.786.736**	**100,00**	**2.350.297**	**100,00**

	Banese Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
Descrição	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Pessoas físicas	2.421.647	80,25	2.015.671	80,06
Pessoas jurídicas	201.347	6,67	175.534	6,97
Indústria	67.440	2,23	64.919	2,58
Comércio	133.907	4,44	110.615	4,39
Rural	120.432	3,99	72.181	2,87
Habitação	77.431	2,57	71.677	2,85
Outros serviços	196.754	6,52	182.791	7,25
Total	**3.017.611**	**100,00**	**2.517.854**	**100,00**

e. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo					
			31.12.2019			31.12.2018
	Saldo	**%**	**Provisão**	**Saldo**	**%**	**Provisão**
10 maiores devedores	167.729	6,02	36.253	163.944	6,98	15.378
11 a 60 maiores devedores	189.712	6,81	9.307	177.215	7,54	11.278
61 a 160 maiores devedores	87.785	3,15	6.801	78.986	3,36	5.702
Demais clientes	2.341.510	84,02	62.319	1.930.152	82,12	48.499
Total	**2.786.736**	**100,00**	**114.680**	**2.350.297**	**100,00**	**80.857**

	Banese Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Saldo	**%**	**Provisão**	**Saldo**	**%**	**Provisão**
10 maiores devedores	167.729	5,56	36.253	163.944	6,51	15.378
11 a 60 maiores devedores	189.712	6,29	9.307	177.215	7,04	11.278
61 a 160 maiores devedores	87.785	2,91	6.801	78.986	3,14	5.702
Demais clientes	2.572.385	85,24	100.686	2.097.709	83,31	80.512
Total	**3.017.611**	**100,00**	**153.047**	**2.517.854**	**100,00**	**112.870**

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**79.640**	**90.650**	**79.640**	**90.650**
(+) Constituição de provisão líquida no período	71.672	45.761	71.672	45.761
(-) Baixas de operações de crédito no período	(38.212)	(56.771)	(38.212)	(56.771)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**113.100**	**79.640**	**113.100**	**79.640**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	**1.217**	**1.117**	**1.217**	**1.117**
(+) Constituição de provisão líquida no período	3.203	4.135	3.203	4.135
(-) Baixas de operações de crédito no período	(2.840)	(4.035)	(2.840)	(4.035)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	**1.580**	**1.217**	**1.580**	**1.217**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento	**-**	**-**	**32.013**	**37.098**
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	33.003	28.291
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(26.649)	(33.376)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento (Nota 9)	**-**	**-**	**38.367**	**32.013**
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	**114.680**	**80.857**	**153.047**	**112.870**
Ativo circulante	62.535	35.048	100.902	67.061
Ativo realizável a longo prazo	52.145	45.809	52.145	45.809

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Dívidas renegociadas	32.775	41.797
Recuperação de créditos	27.310	27.497
Total	**60.085**	**69.294**

h. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Empréstimos	466.956	423.156	462.559	417.921
Títulos descontados	48	155	48	155
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	27.310	27.497	27.310	27.497
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	39.943	42.336	39.943	42.336
Financiamentos rurais	8.199	6.542	8.199	6.542
Outros financiamentos	438	248	438	248
Total	**542.894**	**499.934**	**538.497**	**494.699**

9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Rendas a receber	**1.829**	**5.691**	**12.116**	**10.405**
Serviços prestados a receber	1.828	5.688	11.235	9.895
Outras rendas a receber	1	3	881	510
Diversos	**539.896**	**454.024**	**804.359**	**666.456**
Crédito tributário - diferenças temporárias **(Nota 23)**	120.204	78.261	125.223	83.470
Crédito tributário – base fiscal negativa **(Nota 23)**	-	-	23.780	26.325
Devedores por depósitos em garantia **(Nota 9.1)**	122.242	117.718	155.967	149.911
Impostos e contribuições a compensar **(Nota 9.2)**	7.940	7.542	16.133	19.373
Adiantamentos e antecipações	1.663	1.549	1.836	1.712
Pagamentos a ressarcir	2.743	2.687	2.743	2.687
Devedores diversos	3.117	5.163	4.271	6.184
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	30.304	35.984	30.369	36.307
Valores a receber de sociedades ligadas	-	1.941	-	1.941
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito **(Nota 8a)**	253.263	204.396	253.263	204.396
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa com característica de concessão de crédito **(1)**	(1.580)	(1.217)	(1.580)	(1.217)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito **(1)**	-	-	(154)	(177)
Valores a receber relativos a transações de pagamento **(Nota 8a)**	-	-	230.875	167.557
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento **(Nota 8f)**	-	-	(38.367)	(32.013)
Total	**541.725**	**459.715**	**816.475**	**676.861**
Ativo circulante	297.742	265.674	518.454	426.046
Ativo realizável a longo prazo	243.983	194.041	298.021	250.815

(1) Provisão sobre títulos e créditos a receber da SEAC.

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Interposição de recursos previdenciários **(1)**	38.164	36.976	38.164	36.976
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal **(2)**	42.208	40.828	74.891	72.270
Interposição de recursos municipais **(3)**	18.674	14.375	18.674	14.375
Interposição de recursos trabalhistas **(4)**	15.690	18.145	16.624	18.772
Interposição de recursos cíveis	7.506	7.394	7.614	7.518
Total	**122.242**	**117.718**	**155.967**	**149.911**

(1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição;
(2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98;
(3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;
(4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

9.2 Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
COFINS - Lei nº 9.718/1998 **(1)**	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) **(2)**	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 **(2)**	13.069	13.070	13.069	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) **(3)**	(17.408)	(17.520)	(17.408)	(17.520)
IRRF	-	-	256	178
IRPJ	25	-	7.437	9.423
CSLL	-	-	117	1.822
Outros impostos	262	-	670	408
Total	**7.940**	**7.542**	**16.133**	**19.373**

(1) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.
(2) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.
(3) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Bens não de uso **(1)**	41.458	32.636	41.458	32.636
Material em estoque	1.072	1.148	1.395	1.402
Outros bens **(2)**	2.686	2.687	2.686	2.687
Despesas antecipadas	3.561	5.827	3.983	6.317
Provisão para desvalorização	(2.713)	(2.758)	(2.713)	(2.758)
Total	**46.064**	**39.540**	**46.809**	**40.284**
Ativo circulante	2.390	5.370	3.135	6.114
Ativo realizável a longo prazo	43.674	34.170	43.674	34.170

(1) Os bens não alienados no prazo regulamentar ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2019 - R$ 70 (R$ 115 – 31.12.2018).
(2) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2019 - R$ 2.643 (R$ 2.643 – 31.12.2018).

11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais - Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas **(1)**	39.018	27.127	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	**39.024**	**27.133**	**6**	**6**

(1) Em 31.08.2018, a participação do Banco na SEAC passou de 5% para 49,75%, através do aporte de capital no montante de R$ 22.000, aprovados pelos órgãos da Administração e BACEN.

	Participação %	**PL em 31.12.2018**	**Saldo do Investimento 31.12.2018**	**Lucro de 01.01.2019 a 31.12.2019**	**PL em 31.12.2019**	**Equivalência patrimonial 01.01.2019 a 31.12.2019**	**Saldo do Investimento 31.12.2019**
SEAC	49,75%	54.527	27.127	23.902	78.429	11.891	39.018

12. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Edificações e terrenos	7.763	8.033	22.367	19.571
Móveis, máquinas e equipamentos	13.198	20.185	29.827	22.508
Outras imobilizações **(1)**	33.334	24.997	35.916	38.569
Total	**54.295**	**53.215**	**88.110**	**80.648**

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	Valor líquido					Valor líquido	
	31.12.2018	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**	**31.12.2019**	**Taxa anual**
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	2.235	2.334	-	(708)	-	3.861	-
- Terrenos	5.000	-	-	-	-	5.000	-
- Edificações	3.033	-	-	-	(269)	2.764	4%
- Instalação e adaptação de dependências	4.761	95	-	-	(2.156)	2.700	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.580	64	-	707	(819)	1.532	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.084	6.729	-	(14.182)	-	5.631	-
Móveis e equipamentos de uso	7.101	-	(5)	1.971	(1.499)	7.568	10%
Sistema de comunicação	265	-	(184)	-	(7)	74	20%
Sistema de processamento de dados	14.685	2.799	-	12.149	(5.699)	23.934	20%
Sistema de segurança	1.471	-	-	64	(304)	1.231	20%
Total	**53.215**	**12.021**	**(189)**	**1**	**(10.753)**	**54.295**	

Banese Consolidado

	Valor líquido					Valor líquido	
	31.12.2018	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**	**31.12.2019**	**Taxa anual**
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	3.985	3.394	(81)	(708)	-	6.590	-
- Terrenos	13.933	-	-	-	-	13.933	-
- Edificações	5.638	-	-	-	(378)	5.260	4%
- Instalação e adaptação de dependências	4.761	95	-	-	(2.156)	2.700	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.099	200	-	707	(1.028)	1.978	20%
Móveis e equipamentos em estoque	13.084	16.019	(2.969)	(19.998)	-	6.136	-
Móveis e equipamentos de uso	9.208	333	(346)	2.335	(1.821)	9.709	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	216	-	-	27	(99)	144	10%
Equipamentos arrendados	10.265	2.183	(222)	3.631	(1.999)	13.858	-
Sistema de comunicação	265	-	(184)	-	(7)	74	20%
Sistema de processamento de dados	15.619	2.918	(274)	13.941	(5.778)	26.426	20%
Sistema de segurança	1.575	19	(7)	66	(351)	1.302	20%
Total	**80.648**	**25.161**	**(4.083)**	**1**	**(13.617)**	**88.110**	

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Outros ativos intangíveis **(1)**	63.653	60.707	68.554	65.045
Amortização acumulada	(50.934)	(45.683)	(54.080)	(48.639)
Total	**12.719**	**15.024**	**14.474**	**16.406**

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

				Valor residual	
	31.12.2018	**Aplicação**	**Amortização**	**31.12.2019**	**Taxa anual**
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	15.024	2.946	(5.251)	12.719	20%
Total	**15.024**	**2.946**	**(5.251)**	**12.719**	

Banese Consolidado

				Valor residual	
	31.12.2018	**Aplicação**	**Amortização**	**31.12.2019**	**Taxa anual**
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	16.406	3.492	(5.424)	14.474	20%
Total	**16.406**	**3.492**	**(5.424)**	**14.474**	

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Depósitos à vista (Nota 14b)	**769.990**	**726.174**	**757.056**	**712.955**
Depósitos pessoas físicas	357.958	368.219	357.958	368.219
Depósitos pessoas jurídicas	268.612	224.986	255.678	211.767
Depósitos de governos	133.793	123.699	133.793	123.699
Depósitos vinculados	6.514	7.280	6.514	7.280
Outros valores	3.113	1.990	3.113	1.990
Depósitos de poupança (Nota 14b)	**1.472.015**	**1.384.752**	**1.472.015**	**1.384.752**
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.412.512	1.325.544	1.412.512	1.325.544
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	59.083	58.692	59.083	58.692
Depósitos de poupança de ligadas	420	516	420	516
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	**126.718**	**162.486**	**126.718**	**162.486**
Depósitos judiciais (Nota 14b)	**1.036.748**	**983.589**	**1.036.748**	**983.589**
Depósitos à prazo (Nota 14b)	**1.115.827**	**1.007.241**	**1.066.862**	**956.674**
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	**228**	**218**	**228**	**218**
Outros depósitos (Nota 14b)	**-**	**-**	**1.193**	**999**
Captações no mercado aberto	**104**	**48.406**	**104**	**48.406**
Recursos de aceites e emissão de títulos	**99.005**	**98.821**	**99.005**	**98.821**
Letras financeiras **(Nota 14 a.1)**	49.415	50.483	49.415	50.483
Letras de crédito imobiliário	49.590	48.338	49.590	48.338
Obrigações por repasses do país – BNDES (Nota 14c)	**344**	**5.611**	**344**	**5.611**
Obrigações por repasses do país – FINAME (Nota 14c)	**2.264**	**4.812**	**2.264**	**4.812**
Obrigações por repasses do país – BNB (Nota 14c)	**83.122**	**49.944**	**83.122**	**49.944**
Obrigações por repasses do país – FUNGETUR (Nota 14c)	**7.154**	**4.762**	**7.154**	**4.762**
Total	**4.713.519**	**4.476.816**	**4.652.813**	**4.414.029**
Passivo circulante	3.654.869	3.489.260	3.643.129	3.477.039
Passivo exigível a longo prazo	1.058.650	987.556	1.009.684	936.990

a.1) Letras Financeiras

	Banese Múltiplo e Consolidado				
Papel	**Valor de Emissão**	**Valor Atual em**		**Data de Emissão**	**Data de Vencimento**
		31.12.2019	**31.12.2018**		
Letra Financeira	17.640	-	18.207	10.01.2017	10.01.2019
Letra Financeira	21.900	-	21.939	19.06.2017	19.06.2019
Letra Financeira	10.000	10.973	10.337	22.06.2018	22.06.2020
Letra Financeira	20.850	21.421	-	10.01.2019	11.01.2021
Letra Financeira	17.000	17.021	-	19.01.2019	21.06.2021
Total	**87.390**	**49.415**	**50.483**		

b) Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à vista	769.990	-	-	-	769.990	726.174
Depósitos de poupança	1.472.015	-	-	-	1.472.015	1.384.752
Depósitos interfinanceiros	-	45.690	81.028	-	126.718	162.486
Depósitos judiciais	1.036.748	-	-	-	1.036.748	983.589
Depósitos a prazo **(1)**	-	68.618	111.676	935.533	1.115.827	1.007.241
Depósitos especiais com remuneração	-	228	-	-	228	218
Total	**3.278.753**	**114.536**	**192.704**	**935.533**	**4.521.526**	**4.264.460**

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30.09.2019	31.12.2018
Depósitos à vista	757.056	-	-	-	757.056	712.955
Depósitos de poupança	1.472.015	-	-	-	1.472.015	1.384.752
Depósitos interfinanceiros	-	45.690	81.028	-	126.718	162.486
Depósitos judiciais	1.036.748	-	-	-	1.036.748	983.589
Depósitos a prazo **(1)**	-	68.618	111.676	886.568	1.066.862	956.674
Depósitos especiais com remuneração	-	228	-	-	228	218
Outros depósitos	-	1.193	-	-	1.193	-
Total	**3.265.819**	**115.729**	**192.704**	**886.568**	**4.460.820**	**4.200.674**

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2019	31.12.2018
BNDES	13	61	270	344	5.611
FINAME	124	909	1.231	2.264	4.812
BNB	1.568	10.504	71.050	83.122	49.944
FUNGETUR	7.154	-	-	7.154	4.762
Total	**8.859**	**11.474**	**72.551**	**92.884**	**65.129**

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo apenas uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos de 0,01% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,47% (94,94% - 31.12.2018) da variação do CDI e os pré-fixados 101,40% - 6,05% acumulada até dezembro/2019 (99,07% - 6,36% acumulada até dezembro/2018).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2019 IPCA + 0,4526%a.a. a IPCA + 2,2128% a.a., (31.12.2018 - IPCA + 0,7820% a IPCA + 3,8231% a.a), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2019 foi de 5,52% a.a. (31.12.2018 – 5,41% a.a.). Os encargos financeiros anuais para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do BNDES/FINAME até 31.12.2019 variam de TLP + 4,5% a TLP + 7,5% a.a. (31.12.2018 – TLP + 4,5% a TLP + 7,5% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES-Automático (PROGEREN) até 31.12.2019 é uma composição de encargos pós-fixados (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a. (31.12.2018 – (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a.). Os encargos financeiros anuais para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2019 variam de INPC + 5,0% a INPC + 6,0% a.a. (31.12.2018 - INPC + 5,0% a INPC + 6,0% a.a.).

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Depósitos judiciais	(46.849)	(43.467)	(46.849)	(43.467)
Depósitos de poupança	(61.379)	(59.853)	(61.379)	(59.853)
Depósitos a prazo	(65.048)	(67.089)	(61.802)	(63.715)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.355)	(1.849)	(1.355)	(1.849)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(3.916)	(3.954)	(3.916)	(3.954)
Letras financeiras subordinadas - LFS	(11.970)	(15.860)	(11.970)	(15.860)
Letras financeiras – LF	(3.110)	(2.985)	(3.110)	(2.985)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(2.645)	(2.542)	(2.645)	(2.542)
Depósitos interfinanceiros	(8.516)	(10.180)	(8.516)	(10.180)
Depósitos especiais com remuneração	(14)	(12)	(14)	(12)
Despesas com captações no mercado	**(204.802)**	**(207.791)**	**(201.556)**	**(204.417)**
Despesas de repasses BNDES	(361)	(1.247)	(361)	(1.247)
Despesas de repasses FINAME	(100)	(219)	(100)	(219)
Despesas de repasses BNB	(3.915)	(3.230)	(3.915)	(3.230)
Despesas de repasses FUNGETUR	-	(256)	-	(256)
Despesas com empréstimos e repasses	**(4.376)**	**(4.952)**	**(4.376)**	**(4.952)**
Total das despesas de captação	**(209.178)**	**(212.743)**	**(205.932)**	**(209.369)**

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**1.337**	**1.770**	**1.698**	**2.054**
Outros tributos e assemelhados	1.337	1.770	1.698	2.054
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	**9.194**	**609**	**9.194**	**609**
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	**649**	**4.281**	**1.049**	**4.794**
Impostos e contribuições a recolher	**12.932**	**12.134**	**15.446**	**15.844**
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	**97.273**	**158.838**	**97.273**	**158.838**
Diversas	**253.908**	**172.832**	**701.235**	**433.474**
Provisão para contingências trabalhistas **(Nota 16 b)**	15.748	15.218	18.231	17.767
Provisão para contingências cíveis **(Nota 16 b)**	9.499	7.372	11.617	7.856
Provisão para contingências fiscais **(Nota 16 b)**	88.944	82.864	96.738	90.335
- Contestação judicial constitucionalidade da Lei – PIS/COFINS	76.187	68.727	83.981	76.198
- Outras contingências fiscais	12.757	14.137	12.757	14.137
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	38	27	38	27
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	29.369	27.506	32.035	30.208
Provisão para pagamentos - Fornecedores	17.852	17.448	20.468	19.652
Passivo Atuarial (Nota 26)	65.784	6.426	65.784	6.426
Credores diversos – País	4.432	6.035	13.417	18.918
Recursos do FGTS para Amortizações	326	288	326	288
Credores por recursos a liberar	9.993	887	9.993	887
Obrigações por convênios oficiais	1.865	2.087	1.865	2.087
Outros valores	10.058	6.674	10.058	6.674
Obrigações por transações de pagamentos	-	-	420.665	232.349
Total	**375.293**	**350.464**	**825.895**	**615.613**
Passivo circulante	163.801	156.453	601.196	408.821
Passivo exigível a longo prazo	211.492	194.011	224.699	206.792

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

	Banese Múltiplo e Consolidado				
Papel	**Valor de Emissão**	**Valor Atual em**		**Data de Emissão**	**Data de Vencimento**
		31.12.2019	**31.12.2018**		
Letras Financeiras Subordinadas	46.997	81.375	72.567	24.07.2015	24.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	15.445	15.898	15.972	30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	20.000	-	20.891	07.01.2013	07.01.2019
Letras Financeiras Subordinadas	7.000	-	13.864	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	3.000	-	5.942	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	-	19.805	26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	5.000	-	9.797	28.05.2013	28.05.2019
Total	**107.442**	**97.273**	**158.838**		

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e suas controladas figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R$ 15.748 (R$ 15.218 – 31.12.2018) no Banese Múltiplo e R$ 18.231 (R$ 17.767 – 31.12.2018) no Banese Consolidado.
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R$ 6.769, e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R$ 2.730 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 de R$ 9.499 (R$ 7.372 – 31.12.2018) no Banese Múltiplo e R$ 11.617 (R$ 7.856 – 31.12.2018) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 R$ 88.944 (R$ 82.864 – 31.12.2018) no Banese Múltiplo e R$ 96.738 no Banese Consolidado (R$ 90.335 – 31.12.2018).

Em setembro de 2019 o banco fez os seguintes ajustes nas provisões dos passivos fiscais: (i) reclassificação dos valores de tributos registrados em impostos e contribuições a recolher, oriundos do ajuste de exercício anterior efetuado em junho de 2007, no total de R$ 18.267, e de tributos com exigibilidade suspensa (PIS/COFINS e ISS) no total de R$ 44.613 (ii) constituiu provisão complementar após a reavaliação dos processos de discussões tributárias de constitucionalidade, consoante com a Resolução CMN n° 3.282/2009 (Pronunciamento Técnico CPC 25) e Carta Circular BACEN n° 3.429/2010, no total de R$ 15.873 e (iii) reversão da provisão de passivos previdenciários no total de R$ 14.481 atendendo aos preceitos da Resolução CMN n° 3.282/2009 (Pronunciamento Técnico CPC 25) e Carta Circular BACEN n° 3.429/2010.

Do total reclassificado de R$ 18.267, R$ 6.360 refere-se a questões judiciais de constitucionalidade de Lei, e R$ 11.907 refere-se a compensações de tributos não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Banese Múltiplo

				Total	
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior - Reapresentado	**15.218**	**7.372**	**82.864**	**105.454**	**105.772**
Atualização monetária	177	237	1.253	1.667	927
Constituição líquida de reversões e baixas	8.399	6.187	4.827	19.413	5.439
Pagamentos	(8.046)	(4.297)	-	(12.343)	(6.684)
Saldo final do período	**15.748**	**9.499**	**88.944**	**114.191**	**105.454**

Banese Consolidado

				Total	
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior - Reapresentado	**17.767**	**7.856**	**90.335**	**115.958**	**116.340**
Atualização monetária	177	237	1.253	1.667	1.196
Constituição líquida de reversões e baixas	8.509	9.006	5.150	22.665	8.534
Pagamentos	(8.222)	(5.482)	-	(13.704)	(10.112)
Saldo final do período	**18.231**	**11.617**	**96.738**	**126.586**	**115.958**

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2019: trabalhista - R$ 40.340 (R$ 37.015 – 31.12.2018), cíveis - R$ 35.262 (R$ 38.194 – 31.12.2018) e fiscais R$ 66.273. Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

c. Outros Assuntos

A Administração do Banese não possui processos administrativos movidos pelos Órgãos Reguladores.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Rendas Antecipadas	120	90
Rendas Antecipadas – Icatu **(1)**	10.935	11.542
Total	**11.055**	**11.632**

(1) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitalização.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2019	31.12.2018
Participação de 49,75% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(39.018)	(27.127)
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	78.429	54.527
Total de participação de não controladores	**39.411**	**27.400**

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1 Reserva Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

» **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.

» **Reserva estatutária para equalização de dividendos** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, *"ad referendum"* da Assembleia Geral Ordinária. O Banese registrou, durante o período, JCP no montante de R$ 19.858 (R$ 21.420 – 31.12.2018), que reduziu o impacto tributário no período na ordem de R$ 7.943 (R$ 9.639 – 31.12.2018).

c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Rendas de serviços prestados a correntistas	7.163	14.219	84.837	73.651
Administração de fundos de investimento	14	42	14	42
Convênios de arrecadação/pagamento	44.418	41.598	44.418	41.598
Cobrança	4.527	4.708	4.527	4.708
Rendas de garantias prestadas	181	253	181	253
Total	**56.303**	**60.820**	**133.977**	**120.252**

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Devoluções de cheques	1.394	1.477	1.394	1.477
Transações com cheques	1.242	1.494	1.242	1.494
Tarifa de saques	2.595	2.318	2.595	2.318
Tarifas de Manutenção de conta	39.356	34.234	39.356	34.234
Tarifa de convênio – pagamento de salário	1.474	1.465	1.474	1.465
Tarifa de confecção de cartões	275	305	275	305
Tarifa com pacote de serviços	18.523	17.654	18.523	17.654
Outras tarifas bancárias	13.448	11.443	13.448	11.443
Total	**78.307**	**70.390**	**78.307**	**70.390**

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	**134.610**	**131.210**	**212.284**	**190.642**

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Salários	(104.463)	(100.535)	(121.486)	(116.408)
Encargos sociais	(16.983)	(19.559)	(18.518)	(20.861)
INSS sobre salários	(29.478)	(27.783)	(34.202)	(32.175)
Remuneração dos Administradores	(3.788)	(2.890)	(5.176)	(4.333)
Benefícios	(22.880)	(21.669)	(28.508)	(26.707)
Treinamento	(1.126)	(1.492)	(1.301)	(1.730)
Estagiários	(536)	(720)	(734)	(948)
Total	**(179.254)**	**(174.648)**	**(209.925)**	**(203.162)**

d. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Processamento de dados	(25.621)	(21.283)	(28.392)	(22.739)
Serviços do sistema financeiro	(5.755)	(5.227)	(5.776)	(5.227)
Depreciações e amortizações	(16.004)	(16.732)	(19.041)	(19.180)
Comunicação	(3.761)	(3.670)	(10.566)	(10.436)
Serviços de vigilância e segurança	(11.080)	(11.642)	(11.811)	(12.449)
Serviços técnicos especializados	(15.051)	(12.638)	(31.976)	(27.311)
Aluguéis	(4.185)	(4.030)	(4.709)	(4.410)
Manutenção e conservação de bens	(7.952)	(7.102)	(10.179)	(8.537)
Propaganda e publicidade	(3.599)	(1.513)	(7.074)	(5.298)
Material	(1.762)	(1.523)	(3.968)	(3.251)
Serviços de terceiros	(49.739)	(41.254)	(54.227)	(44.139)
Água, energia e gás	(5.802)	(5.660)	(6.307)	(6.130)
Transporte	(8.573)	(7.704)	(9.090)	(8.278)
Seguro	(3.723)	(3.635)	(3.723)	(3.635)
Promoções e relações públicas	(3.532)	(2.831)	(3.813)	(3.137)
Doações	-	(500)	(2.456)	(2.295)
Outras	(8.119)	(8.385)	(10.276)	(10.096)
Total	**(174.258)**	**(155.329)**	**(223.384)**	**(196.548)**

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Contribuição ao Cofins	(23.639)	(21.517)	(36.559)	(32.093)
Contribuição ao PIS - Pasep	(3.856)	(3.528)	(6.598)	(5.763)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(10.406)	(9.955)	(14.556)	(13.156)
Tributos federais	(990)	(240)	(994)	(242)
Tributos estaduais	(32)	(39)	(32)	(39)
Tributos municipais	(291)	(325)	(480)	(498)
Outras	(897)	(591)	(1.056)	(1.284)
Total	**(40.111)**	**(36.195)**	**(60.275)**	**(53.075)**

f. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Recuperação de encargos e despesas	752	674	752	674
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	6.303	8.449
Reversão de Provisões Operacionais	19.184	5.547	21.299	8.979
Atualização monetária de tributos	2.440	1.458	2.440	1.458
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão	-	-	78.711	68.498
Cessão de crédito – SEAC	6.627	4.092	3	-
Descontos Financeiros com Antecipação de Repasse	-	-	10.145	22.602
Outras	633	2.828	1.264	2.828
Total	**29.636**	**14.599**	**120.917**	**113.488**

g. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Contribuição ao SFH	(122)	(60)	(122)	(60)
Operações de crédito - descontos concedidos	(128)	(485)	(3.635)	(4.240)
Variação Monetária INSS	(158)	(157)	(158)	(157)
Despesas Financeiras	-	-	(320)	(1.122)
Despesa Convênio TJ **(1)**	(18.162)	(16.547)	(18.162)	(16.547)
Despesa com prêmio de fidelização **(2)**	(1.335)	(475)	(1.897)	(795)
Despesas de provisões Passivas – outras	(33.223)	(7.411)	(36.038)	(9.678)
Outras despesas operacionais	(10.266)	(10.431)	(10.821)	(10.617)
Total	**(63.394)**	**(35.566)**	**(71.153)**	**(43.216)**

(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da SEAC.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Receitas não operacionais	**2.473**	**4.830**	**4.828**	**7.577**
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	574	1.694	574	1.694
Ganhos de capital	329	334	329	334
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1	-	1	19
Atualização monetária	1.569	19	3.200	4.612
Outras receitas não operacionais	-	2.783	724	918
Despesas não operacionais	**(2.894)**	**(2.294)**	**(5.215)**	**(5.325)**
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(1.033)	(52)	(1.117)	(77)
Perdas de capital	(1.476)	(1.388)	(3.090)	(3.968)
Provisões não operacionais	(379)	(848)	(379)	(848)
Outras despesas não operacionais	(6)	(6)	(629)	(432)
Total	**(421)**	**2.536**	**(387)**	**2.252**

22. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN 4.192/2013 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN 4.193/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, e das Cartas-Circulares BACEN 3.499/2011 e 3.498/2011 para risco de mercado e das Circulares BACEN 3.640/2013, além da Carta-Circular BACEN 3.625/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 19,53%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31/12/2019, estão demonstrados abaixo:

	31.12.2019
Patrimônio de Referência	**451.255**
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	**392.891**
Capital Principal – CP	**392.891**
Capital Social +Participação de Não Controladores	387.411
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	125.328
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	**119.847**
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	39.471
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	62.316
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	14.473
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	8.432
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	39.411
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Assemelhadas e Instituições Financeiras	18.060
Ajuste prudencial VII antes da Glosa de 15% - Crédito Tributário de Diferença temporária	18.060
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	**58.364**
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	58.364
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	58.364
Redutor 0%	-
Redutor 20%	-
Redutor 40%	58.364
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Ativos Ponderados de Risco:	**3.391.810**
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	**2.941.192**
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	-
FPR de 20%	5.896
FPR de 35%	111.094
FPR de 50%	182.054
FPR de 75%	1.418.316
FPR de 85%	-
FPR de 100%	1.121.080
FPR de 150%	102.738
FPR de 250%	-
FPR de 300%	-
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	15
b) Por Tipo:	
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	**16.135**
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	15.304
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	-
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	806
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	-
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	24
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	2

Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	***434.482***
RWA	**3.391.810**
Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal	**10,50%**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**271.345**
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	**152.631**
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	**173.830**
Rban	**16.447**
Fator F	**13,30%**
Sobra FATOR	**2,80%**
Nível I / RWA	**11,58%**
Mínimo Nível I + ACP / RWA	**8,50%**
Folga de Mínimo Nível I / RWA	**3,08%**
Capital Principal / RWA	**11,58%**
Mínimo Capital Principal / RWA	**7,00%**
Folga Capital Principal / RWA	**4,58%**
Margem sobre o PR Considerando o Capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	**78.668**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 20.671 (R$ 24.792 – 31.12.2018) e no Consolidado foi de R$ 30.832 (R$ 33.824 – 31.12.2018), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R$ 3.138 (R$ 30.443 – 31.12.2018) e no consolidado R$ 9.531 (R$ 41.971 – 31.12.2018), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Resultado antes da tributação e participações	**116.532**	**127.012**	**145.097**	**156.485**	**116.532**	**127.012**	**145.097**	**156.485**
Participações estatutárias	(12.589)	(9.237)	(12.589)	(9.237)	(12.589)	(9.237)	(12.589)	(9.237)
Juros sobre o capital próprio	-	(21.420)	-	(21.420)	-	(21.420)	-	(21.420)
Adições líquidas de caráter permanente	(25.560)	2.669	(14.257)	8.258	(26.282)	2.669	(14.978)	8.258
Adições líquidas de caráter temporário	22.787	9.804	31.153	4.762	22.787	9.804	31.153	4.762
Lucro tributável antes das compensações	**101.170**	**108.828**	**149.404**	**138.848**	**100.448**	**108.828**	**148.683**	**138.848**
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	(14.470)	(9.006)	-	-	(14.470)	(9.006)
Lucro tributável após compensações	**101.170**	**108.828**	**134.934**	**129.842**	**100.448**	**108.828**	**134.213**	**129.842**
Valores devidos pela alíquota normal	(15.176)	(16.324)	(20.240)	(19.476)	(15.067)	(21.765)	(20.132)	(25.968)
Adicional de imposto de renda (10%)	(10.093)	(10.859)	(13.445)	(12.936)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	1.808	1.413	2.242	1.638	-	-	-	-
Tributos devidos	**(23.461)**	**(25.770)**	**(31.443)**	**(30.774)**	**(15.067)**	**(21.765)**	**(20.132)**	**(25.968)**
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	4.924	978	6.364	(799)	13.275	(8.678)	14.117	(14.202)
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	(3.618)	(2.251)	-	-	(2.171)	(1.801)
Valor registrado efetivamente no resultado	**(18.537)**	**(24.792)**	**(28.697)**	**(33.824)**	**(1.792)**	**(30.443)**	**(8.186)**	**(41.971)**
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	15,91%	19,52%	19,78%	21,61%	2,69%	23,97%	5,64%	26,82%

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, entre de 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando para 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103/2019, artigo 32, aumentou a alíquota da CSLL para os bancos, com vigência a partir de 01.03.2020 de 15% para 20%. Os efeitos do crédito tributário sobre adições temporárias foram reconhecidos em dezembro/2019 com impacto positivo no resultado na ordem de R$ 10.320.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2018	**48.913**	**29.348**	**68.622**	**41.173**
(+) Constituição de Créditos – Passivo Atuarial	29.729	17.837	29.729	17.837
(-) Realização de Créditos – Passivo Atuarial	(14.889)	(8.933)	(14.889)	(8.933)
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	12.691	17.936	21.107	23.823
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(7.768)	(4.660)	(14.758)	(8.920)
(-) Realização de Créditos - Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	(3.618)	(2.170)
Saldo em 31.12.2019	**68.676**	**51.528**	**86.193**	**62.810**

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, registrado em "Outros créditos-diversos", apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1.Adições Temporárias - base de cálculo	**274.702**	**195.655**	**343.523**	**146.739**	**325.618**	**240.864**	**394.443**	**180.650**
- Créditos Tributários adições temporárias	68.676	48.913	51.528	29.348	81.405	60.216	59.166	36.130
-Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/ CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**	**19.152**	**33.624**	**24.293**	**25.216**
-Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	4.788	8.406	3.644	5.043
Total de Créditos Tributários Ativados	**68.676**	**48.913**	**51.528**	**29.348**	**86.193**	**68.622**	**62.810**	**41.173**
Créditos Tributários Não Ativados	**3.867**	**3.746**	**2.320**	**2.996**	**3.867**	**3.746**	**2.320**	**2.996**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional. O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2019, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2020	3.754	3.596	2.878	2.757	6.632	6.353
2021	3.744	3.431	2.996	2.746	6.740	6.177
2022	3.744	3.259	2.996	2.608	6.740	5.867
2023	3.745	3.081	2.996	2.465	6.741	5.546
2024	3.745	2.901	2.996	2.321	6.741	5.222
Acima de 5 anos	49.944	33.110	36.666	24.094	86.610	57.204
Total – 31.12.2019	**68.676**	**49.378**	**51.528**	**36.991**	**120.204**	**86.369**
Total – 31.12.2018	**48.913**	**38.171**	**29.348**	**22.903**	**78.261**	**61.074**

Foram constituídos, no período, créditos tributários no montante de R$ 23.743, sobre o Passivo Atuarial (Déficit Atuarial do Plano Sergus Saldado BD - R$ 59.358, apurado em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012).

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2020	9.073	8.669	6.069	5.801	15.142	14.470
2021	5.759	5.269	4.976	4.553	10.735	9.822
2022	5.017	4.362	3.760	3.270	8.777	7.632
2023	5.018	4.124	3.760	3.091	8.778	7.215
2024	5.018	3.883	3.760	2.910	8.778	6.793
Acima de 5 anos	56.308	37.722	40.485	26.861	96.793	64.583
Total – 31.12.2019	**86.193**	**64.029**	**62.810**	**46.486**	**149.003**	**110.515**
Total – 31.12.2018	**68.622**	**53.964**	**41.173**	**32.379**	**109.795**	**86.343**

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019, para Banese Múltiplo, é de R$ 86.369 (R$ 61.074 – 31.12.2018), e para Banese Consolidado R$ 110.515 (R$ 86.343 – 31.12.2018), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R$ 28.799, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da SEAC; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

24. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Controles e Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, www.banese.com.br.

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado
Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Liquidez
Abrange a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautado nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional
A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Socioambiental
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautado nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, sendo ratificado por meio da Resoluções CMN nºs 4.327/2014 e 4.557/2017.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.
O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco Operacional
Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito
Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação.

Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, a fim de separá-los em "bons" e "maus", minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses. Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese, que são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas por servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 77,26% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 97,92% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

Banese Consolidado

	31.12.2019	**31.12.2018**
- Operações de crédito	2.420.373	2.066.261
- TVM	1.080.593	1.147.609
- Depósitos Interfinanceiros	342.261	414.060

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	199	335.038	568.646	104.609	**1.008.492**
Operações compromissadas TPF	-	519.985	-	-	-	**519.985**
CVSA/CVSC	-	-	-	-	21.403	**21.403**
Fundos exclusivos multimercado	45.574	-	-	-	-	**45.574**
Fundos abertos multimercado	4	-	-	-	-	**4**
Fundos exclusivos de direito creditório	150.190	-	-	-	-	**150.190**
Fundos abertos de renda fixa	8	-	-	-	-	**8**
CDB	-	5.112	-	-	-	**5.112**
Depósitos Interfinanceiros	-	113.506	150.089	-	-	**263.595**
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	-	78.666	-	-	**78.666**
Operações de crédito	-	282.298	526.148	1.611.927	-	**2.420.373**
Total de Ativos	**195.776**	**921.100**	**1.089.941**	**2.180.573**	**126.012**	**4.513.402**
Depósito à vista	757.056	-	-	-	-	**757.056**
Depósito à prazo	-	68.618	111.676	886.568	-	**1.066.862**
Depósito de poupança	1.472.015	-	-	-	-	**1.472.015**
Depósito Judicial	1.036.748	-	-	-	-	**1.036.748**
Depósito Interfinanceiro	-	45.690	81.028	-	-	**126.718**
Depósitos especiais com remuneração	-	228	-	-	-	**228**
Outros Depósitos	-	1.193	-	-	-	**1.193**
Letra Financeira Subordinada	-	-	-	97.273	-	**97.273**
Letra Financeira	-	-	10.973	38.442	-	**49.415**
Letra de Crédito Imobiliário	-	11.717	25.749	12.124	-	**49.590**
LFT – Operações compromissadas	-	-	-	104	-	**104**
Obrigações por Repasse FNE	-	1.568	10.504	71.050	-	**83.122**
Obrigações por Repasse FINAME	-	124	909	1.231	-	**2.264**
Obrigações por Repasse BNDES	-	13	61	270	-	**344**
Obrigações por Repasse FUNGETUR	-	7.154	-	-	-	**7.154**
Total de Passivos	**3.265.819**	**136.305**	**240.900**	**1.107.062**	**-**	**4.750.086**

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante, aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 91,80% do total de exposições ativas e 81,50% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira Trading consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira Banking se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 31.12.2019

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	3.194.361	Taxas de juros (pré-fixadas)	28.736	34.567	30.482
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(2.066.614)	Taxas de cupom de TR	3.472	4.467	3.025
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(176.818)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	(2.884)	(3.470)	(4.653)

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), Dezembro 2019.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário de redução das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de swap DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

Risco Socioambiental

O Banese adota procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;

» O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
» A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
» A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
» O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
» O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
» O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
» O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

25. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R$	Administradores (2) R$
Máxima	16.666,58	35.417,26
Média	6.662,21	32.986,02
Mínima	2.190,74	32.197,21

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2019, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 985, (998 – 31.12.2018), registrando-se, no período, um decréscimo de 1,30% no quadro de pessoal do Banco.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2019 e 2018 das contribuições está demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Plano de Previdência Complementar	4.874	7.998
Plano de Assistência à Saúde	3.510	3.362

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695/2012, e Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banese, no reconhecimento de suas obrigações:

Para fins de atendimento da supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2019 conforme relatório técnico de 29 de janeiro de 2020, apresentou déficit atuarial no montante de R$ 65.784. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou nas mudanças de premissas atuariais bem como as variações no limite para reconhecimento de ativo (baixado no exercício corrente) são registradas, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. O efeito da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R$ 39.470, líquido dos créditos tributários no montante de R$ 26.314.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de n.º 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. O processo de Saldamento Universal do Plano SERGUS BD foi aprovado em 07.11.18 pela PREVIC através do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.18, onde, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das Contribuições Normais. Com a aprovação desse processo o plano passa a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não cria novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visa à mitigação de determinados riscos que podem, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo do foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, https://portalsergus.banese.com.br/

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e da patrocinadora.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco das aplicações financeiras mista, em que parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob a gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla de forma contínua todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de forma integral.
Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:
Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 3,48% a.a; taxa de inflação futura 4,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 98%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial CVM 695 são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Valor presente das obrigações com cobertura	983.884	837.349
Valor presente das obrigações a descoberto	65.784	16.549
Valor justo dos ativos do plano	(983.884)	(837.349)
(Superávit)/Déficit	65.784	16.549
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
(Ativo)/Passivo Atuarial	65.784	16.549

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo				
	Até 1 Ano	**Entre 1 e 2 Anos**	**Entre 2 e 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Total**
Plano PBSS	48.194	51.646	160.336	1.553.471	1.813.647

	Banese Múltiplo
	31.12.2019
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	853.899
Custo dos juros	78.388
Custo do serviço corrente	-
Benefícios pagos pelo fundo	(30.518)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	147.900
Valor presente da obrigação	**1.049.668**

As movimentações do saldo do Passivo/Ativo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Passivo/(ativo) atuarial líquido do exercício anterior **(1)**	16.549	52.334
Despesa do exercício **(2)**	1.519	13.284
Contribuições pagas	(546)	(6.951)
(Ganho)/Perda atuarial reconhecida imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	48.262	(42.117)
Variação do efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido integral	65.784	16.549

(1) Após a aplicação do limitador de ativo.
(2) Rateio de despesas previstas pelo atuário para o exercício de 2019.

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	853.899	811.679
Custo dos juros	78.388	76.217
Custo do serviço corrente	-	15.450
Benefícios pagos pelo fundo	(30.518)	(26.963)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	147.900	(22.484)
Valor presente da obrigação	**1.049.668**	**853.899**

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	837.349	759.345
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	76.869	71.302
Contribuições recebidas pelo fundo	546	14.031
Benefícios pagos pelo fundo	(30.518)	(26.963)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre o valor justo dos ativos	99.638	19.633
Valor justo dos ativos do plano	**983.884**	**837.349**

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Custo do serviço corrente	-	15.450
Contribuições de participantes ativos	-	(7.080)
Juros sobre a obrigação atuarial	78.388	76.217
Rendimento esperado dos ativos do plano	(76.869)	(71.302)
Juros sobre o efeito do teto de ativo (**asset Ceiling**)	-	-
Despesa líquida do exercício	**1.519**	**13.285**

O Reconhecimento de Outros Resultados Abrangentes do exercício é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Outros Resultados Abrangentes – saldo inicial	(6.190)	35.927
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	48.262	(42.117)
Variação no teto de reconhecimento do ativo	-	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo (**asset Ceiling**)	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes	**42.072**	**(6.190)**

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2019	**31.12.2018**
Títulos de renda fixa	85 %	87 %
Investimentos estruturados	1 %	3 %
Títulos de renda variável	10 %	5 %
Imóveis	3 %	4 %
Empréstimos	1 %	1 %

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R$ 4.874 (R$ 7.998 – 31.12.2018), e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 3,48%a.a	**Taxa de Juros de 4,48%a.a**	**Taxa de Juros de 2,48%a.a**
Valor presente da obrigação em 31.12.2019	1.049.668	914.105	1.221.495

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro Líquido do Período	80.645	62.540
Passivo Atuarial	(65.784)	(6.426)
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	26.314	2.570
Total do Resultado Abrangente	41.175	58.684

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/2018, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(12.933)	(13.219)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(48.861)	(50.567)	(3.246)	(3.374)
Outros créditos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(52.520)	(37.656)	-	-
Outras obrigações (2)				-
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(4.687)	(4.385)	-	
Investimentos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(39.018)	(27.127)	(11.891)	(4.154)
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(15.076)	(13.713)
Outras receitas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(5.993)	(4.092)
Empresa Ligada				
Outros créditos (4)				
Banese Corretora de Seguros Ltda	-	(1.941)	-	(1.666)
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores	(87.345)	(104.534)	-	-
Pessoal chave da administração	(145)	(237)	-	-
Depósitos a prazo				
Controladores	(155.571)	(104.678)	-	-
Pessoal chave da administração	(779)	(871)	(48)	(61)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;
(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.
(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.
(4) Refere-se a venda de imobilizado.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e

II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	3.808	3.504
Encargos Sociais	1.026	929
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	103	132
Total	**4.937**	**4.565**

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31/12/2019, no montante de R$ 173, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º. Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- As pessoas jurídicas:
  a) Com participação qualificada em seu capital;
  b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
  c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
  d) Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 era de R$ 3.500 (R$ 3.500 – 31.12.2018).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 89 (R$ 96 – 31.12.2018).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento, sendo negociado nas suas agências, tendo liquidado o Fundo de Investimento Brasil Plural Banese Expert Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI em 13 de maio de 2019 (R$ 10.598 – 31.12.2018).

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese aprovaram a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 18 de fevereiro de 2020 e 19 de fevereiro de 2020, respectivamente, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Retificação dos valores correspondentes
Chamamos a atenção para a nota explicativa 3(t) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em decorrência de reclassificação contábil de tributos com exigibilidade suspensa, os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Planos de benefício pós emprego
O Banco e sua controlada possuem passivos relevantes relacionados a plano de benefício pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 26, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria

devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral; taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 26, em 31 de dezembro de 2019, o saldo atuarial referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco apresentou um déficit no montante de R$ 65.784 mil.

Abordagem de auditoria:
Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 2.786.736 mil (individual) e de R$ 3.017.611 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R$ 114.680 mil (individual) e R$ 153.047 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2019 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 74.875 mil (individual) e R$ 107.878 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:
Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recalculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos "ratings" atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recalculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados

pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria:

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 18 de fevereiro de 2020.

Ademario Alves de Jesus
Conselheiro

José Morais Monteiro
Conselheiro

Ricardo de Oliveira Nunes
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

2º SEMESTRE DE 2019

Em atenção à Resolução CMN 3.198/2004, Art. 17, § 2º, o Comitê de Auditoria publicou, em conjunto com as demonstrações contábeis do semestre findo em 31.12.2019, resumo do seu Relatório, referente ao 2º semestre/2019, abaixo transcrito:

O Comitê de Auditoria (COAUD) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. O COAUD tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem como atribuições principais supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco. Além dessas, deve, ainda, avaliar e monitorar exposições de risco do Conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

O Comitê promoveu reuniões com representantes de diversas Áreas da Instituição, tais como auditoria independente, auditoria interna, controles internos, gestão de riscos, TI, crédito, ouvidoria e contabilidade, ouvindo gestores, analisando relatórios e outras informações, bem como da empresa ligada ao conglomerado.

Nessas oportunidades, foram examinados assuntos pertinentes a planejamento estratégico, orçamento, riscos, controles, segurança, atendimento a demandas de órgãos reguladores e supervisores, provisões e desempenho operacional.

O Comitê, em nível de supervisão, acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, que se mostraram efetivas, não se identificando ocorrências que comprometessem a objetividade e a independência de ambas.

Nesse contexto, o COAUD analisou, avaliou e discutiu com o Auditor Independente (Ernst Young) a minuta do seu Relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco, a qual se apresentava sem ressalvas.

Conclusão

O sistema de controle interno adotado busca atuar de forma eficiente e eficaz, visando a sua efetividade por meio da minimização dos riscos inerentes à Instituição.

A Auditoria Externa e a Auditoria Interna, no âmbito das suas responsabilidades, vêm desempenhando seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, características e complexidade do Conglomerado Banese.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, entendendo o Comitê de Auditoria Estatutário que as referidas demonstrações são adequadas e estão livres de distorções relevantes, recomendando que sejam aprovadas pelo Conselho de Administração.

Aracaju, 19 de fevereiro de 2020.

Luciano Silva Reis	**Emilio Roberto Monteiro Vieira**	**Horino Joaquim do Carmo**
Coordenador	Membro Qualificado	Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva
Governador

Marco Antônio Queiroz
Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Augusto Chaves Resende
Presidente
José de Oliveira Júnior
Vice-Presidente
Fernando Soares da Mota
Conselheiro
Guilherme Maia Rebouças
Conselheiro
Marcos Venícius Nascimento
Conselheiro
Silvana Maria Lisboa Lima
Conselheira
Antônio José de Gois
Conselheiro representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA
Fernando Soares da Mota
Presidente
Helom Oliveira da Silva
Diretor de Controles e Relações com Investidores
José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo
Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e Tecnologia
Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços
José Anderson Santos de Jesus
Contador - CRC-SE - 4458/0



Relatório de **Desempenho**

2019

Pode Contar Banese

BANESE.COM.BR